

RAÍZES ARCAICAS
DA EPOPEIA PORTUGUESA
E CAMONIANA



Biblioteca Breve

SÉRIE LITERATURA

ISBN 972 – 566 – 147 - 8

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ANTÓNIO QUADROS

DALILA PEREIRA DA COSTA

RAÍZES ARCAICAS
DA EPOPEIA PORTUGUESA
E CAMONIANA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título
**Raízes Arcaicas
da Epopeia Portuguesa e Camoniana**

Biblioteca Breve / Volume 119

1.^a edição — 1990

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação e Cultura

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*
Divisão de Publicações
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

Tiragem
4 000 exemplares

Coordenação geral
Beja Madeira

Orientação gráfica
Luís Correia

Distribuição comercial
Livraria Bertrand, SARL
Apartado 37, Amadora — Portugal

Composição e impressão
Gráfica Maiadouro
Rua Padre Luís Campos, 686 — 4470 MAIA
Setembro 1990
Depósito legal n.º 34 511/90
ISSN 0871 – 5165

ÍNDICE

Sinopse – Raízes Arcaicas da Epopeia Portuguesa e Camoniana	6
I - <i>Lusíadas e Pré-helenos</i>	6
II - <i>Raízes arcaicas d'Os Lusíadas</i>	7
III - <i>Raízes islâmicas n'Os Lusíadas</i>	9
Lusíadas e Pré-Helenos.....	11
<i>Tradição pré-helénica e céltica n' Os Lusíadas</i>	34
Um relato de Fonte Gnóstica.....	63
Uma certa tipologia	70
Camões e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.....	77
Dois Avicenismos	89
Os três relatos de Avicena	92
Um secreto lugar insituado na Terra.....	96
A Chegada ao Secreto Lugar	99
Uma Iniciação Escatológica e Cosmológica	104
Duas teorias Cosmológicas	110
O Duplo Celeste ou a Natureza Perfeita.....	117
A Dualidade do Homem.....	121
Os Fiéis do Amor	124
Espírito Santo e Angeologia	133
Uma Angeologia Gnóstica.....	140
Consciência da História	145

SINOPSE

RAÍZES ARCAICAS DA EPOPEIA PORTUGUESA E CAMONIANA

I

Lusíadas e Pré-helenos

Duas talassocracias e duas civilizações sucessivas expandidas a partir de dois mares sucessivos, Mediterrâneo e Atlântico, por cretenses e lusíadas. Marcadas pela aceitação e não-destruição dos povos contactados. E por uma arte naturalista e simbólica sob o signo marítimo; por uma religião de carácter fortemente emotivo e passional de fundo soteriológico; por uma existência em amor à vida sob suas duas faces, morte-vida, que levaria cretenses e lusíadas à procura, das Ilhas Bem-aventuradas ou Ilhas dos Santos, como terra da eterna juventude e imortalidade.

Os lusíadas, como povo da *Urwasser*, tirarão toda a sua essência e existência desse *Abyssus* primordial, predestinado desde a época megalítica para a expansão nos mares, ligação entre povos, e para a

profecia — até à Descoberta, iniciando nova era no mundo. Mas, como ponto geográfico e civilizacional de contacto e ligação entre povos mediterrânicos e nórdicos, ou de culto de Afrodite e Apolo hiperbóreo, farão em si a união duma religião ctónica e urânica, da Terra Mãe e do Sol.

Herdeiros directos da perdida Atlântida, submersa e esquecida para os homens, mas perserverada pela reminiscência platónica, os portugueses ressuscitarão e dinamizarão de novo seu antigo mar, até então como Mar Tenebroso, em acto de herói. D. Henrique surgindo postado na ponta de Sagres tal novo atlante: «Tem aos pés o mar novo, / e as mortas eras» (*Mensagem*). Como dinamizadores das correntes do espírito marcando e percorrendo os mares para união dos homens, surgirão minóicos e portugueses, no transcurso da história do Ocidente, usando sabiamente duas dessas sucessivas vibrações duma mesma força, cósmica e suprafísica.

II

Raízes arcaicas d'Os Lusíadas (ou entre o Mediterrâneo e o Atlântico)

Na epopeia camoniana, um fundo prímevo de mitologia pré-olímpica se unirá à olímpica, como marca de transição e união entre duas idades da humanidade: os portugueses surgindo sempre como em si detendo o poder de permanência e inovação

perante o Ocidente, ou união de passado e futuro. Será a profecia que abre e fecha a Epopeia: como marca da predestinação oracular dum povo. «Poema do mar», lhe chamou Humboldt, nele haverá a memória da cosmogonia pelasga: Caos, em noite e água sob o domínio matriarcal, da Mãe primordial e de divindades femininas. A luta dos navegantes lusíadas com o Adamastor, repetindo a luta dos deuses do Olimpo contra os Gigantes, filhos da Terra, para nova religião, agora patriarcal. As grandes epopeias do Ocidente, *Odisseia*, *Iliada*, *Eneida* e *Os Lusíadas*, gestas da Idade heróica indoeuropeia, trarão em si a nostálgica memória de outra idade passada pré-indoeuropeia e seus deuses, «sepultada... em negro vaso / Da água do esquecimento», *Os Lusíadas*, C. 1, 23. Na epopeia camoniana se unindo a herança arcaica mediterrânea pré-helénica a herança arcaica atlântica celta: como epopeia dum povo que na sua história foi esse elo entre dois mares. Camões cantando ainda a procura do Outro Mundo ou terra da imortalidade, situada numa ilha misteriosa, habitada por mulheres sagradas, detendo o dom da profecia e imortalidade e concedendo-as aos homens como prémio de sua coragem. Mas aqui, essa iniciação suprema doada, será a um tempo, de conhecimento escatológico, profético e cosmológico. Os portugueses como herdeiros dos celtas, projectarão pela primeira vez uma aventura da imaginação e do sonho, como a própria do povo mais vagabundo, irrealista,

indisciplinado e anti-histórico do Ocidente, na história deste mundo e em âmbito imperial, — tal a do seu povo o mais realista e positivo, disciplinado e possuído do sentido da história, o romano.

III

Raízes islâmicas n'Os Lusíadas
(ou a memória do relato visionário de Avicena)

Um secreto lugar insituado na terra: Como «ínsua divina», «Situ Orbis», «Morada Sacrosanta». As personagens sacralizadas das viagens míticas ou mito-históricas dos portugueses, serão sempre peregrinos em busca da terra paradisíaca, como justificação derradeira duma aventura. Onde estão agora os portugueses, em que etapa dessa aventura, como percurso espiritual?

Num espaço ontologicamente dual — Formas diversas da imaginação portuguesa revelarão uma constante tipologia, que terá conduzido o homem português no seu pensamento e acção histórica. Processando-se numa aventura feita entre o real e o irreal, natureza e surnatureza, como a de Exilado ou Eterno peregrino. *A chegada a esse secreto lugar* — Ilha voante, vinda ao encontro dos navegantes lusíadas, como lugar do conhecimento supremo, que não consta dos mapas da terra. Sua natureza tem o brilho e a cor das pedras preciosas. No seu monte, no cume, se dando a iniciação aos navegantes, pela

Ninfa profética. O *duplo celeste ou natureza perfeita dos navegantes* — Será a sabedoria oriental, do sofismo, que orientará os dois últimos cantos da epopeia. Com sua angelologia. Um cenário bucólico naturalista, encobrindo um enlace, como em díade, de cada navegante com sua ninfa, ou natureza perfeita: como sua mortalidade. *Uma iniciação escatológica e cosmológica* — Como prémio merecido pelo Herói. Feita, em dois episódios, culminando na visão da futura viagem através das esferas celestes, até ao mundo da transcendência pura ou morada de Deus, ou empírico, como fase última dum processo místico, tal o da *Divina Comédia*. *Dois teorias cosmológicas* — A «máquina do mundo», construída segundo o ensino de Ptolomeu e dos paripatéticos. Suas esferas movidas cada uma por uma inteligência divina, um anjo. A revolução de Copérnico sendo astronómica e simultaneamente escatológica, pois instaurando uma laicização do cosmos, ao abolir sua angelologia: será este antecedente que Camões ainda preserva em pleno Renascimento. *Dois avicenisismos, latino e agostinismo avicenisante*. E o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Nota — são estes dois últimos textos do ensaio, que estão ainda em estudo. E por lapso, faltou inserir entre: *O Duplo celeste ou Natureza Perfeita* e *Uma iniciação escatológica e cosmológica*, um outro texto: *Uma angelologia gnóstica*: este já concluído.

LUSIADAS E PRÉ-HELENOS

O triunfo do Bronze consagrando na história ocidental, a supremacia, de Creta, é a ilha de Minos que detém e espalha no Mediterrâneo, a civilização de uma nova humanidade, o seu esplendor atingindo o clímax no séc. XVI a. C.; assim como o esplendor de Portugal atingiria o seu clímax no séc. XVI d. C. quando também por ele, abre uma nova idade da humanidade, a Idade Moderna e na terra «ignota» espalha uma nova civilização, a do Ferro.

E serão duas civilizações sucessivas e diferentes, a do Bronze e a do Ferro, as que, pré-helenos de Creta e lusíadas de Portugal, a partir de dois mares sucessivos, o Mediterrâneo e o Atlântico, em si detêm e por si espalham no mundo, como obra a si entregue.

Porque é o ferro, em todo o seu complexo cultural sagrado, trazendo em si uma nova cosmovisão e vigência, por uma nova mitologia, o que os navegantes descobridores e colonizadores

portugueses levarão aos povos da terra vivendo ainda na África e na América, na Idade da Pedra.

Ouçamos o relato dos náufragos da «Nau S. Bento», perdidos nas costas dos mares do Cabo: «porque, como a subida fosse tão íngreme que dificilmente a poderia trepar ãa pessoa despejada, aos que íamos embaraçados com armas e outros estorvos pôs em tanta necessidade, que nos forçou a deixar o mais do ferro que levávamos, e depois fez tanta míngua, como quanto sabíamos muito certo que aquilo que ali deixávamos não era ferro, mas vidas». E depois, à vista da aldeia dos indígenas: «porque receávamos de se os cafres escandalizarem ou fugirem, não quisemos entrar dentro, mas, apousentando-nos perto dela, lhes mandamos recado, com o qual logo vieram alguns deles ter connosco, aos quais demos dos panos e pedaços de ferro, com que ficaram contentes» (*Quadros da História Trágico-Marítima*, Prof. Rodrigues Lapa, pp. 41 e 43).

É esta obra, de abrir na terra, através das águas do mar, duas idades sucessivas da humanidade, por dois dos seus metais, a que seria realizada sucessivamente por duas talassocracias ocidentais; ambas fundando-se na não-agressão aos povos contactados, sua não-destruição, mas aceitação; e no amor à vida total, como vida e morte e no amor à natureza expressando-se numa religião e arte naturalistas e simbólicas, sob a égide da Grande-Deusa: a que ia à proa dos navios do rei Minos, sulcar o Mediterrâneo,

e à qual eram oferecidas conchas, animais marinhos, corais, e uma cruz de braços iguais, tal como ficou testemunhado no tesouro da sacristia do palácio de Cnossos; ou sob a égide da Virgem, Mãe dos vivos e dos mortos, de Deus e dos homens, da terra e do mar, do céu e dos infernos.

Conchas, cordames, corais, animais marinhos, tudo encimado pela mesma cruz de braços iguais, surgirão ainda a grande deusa, agora como Virgem, pelo marinheiro português, tal como ficou testemunhado na janela da sacristia do Convento de Cristo de Tomar. Será sua imagem ao alto, que presidirá a toda essa obra aí representada simbolicamente, como talassocracia.

*

Na religião cretence, nada estaria acima do culto da fecundidade e da maternidade: assim também na religião portuguesa, será a Imaculada, detendo nos seus braços o Menino, que protegerá toda essa obra: agora a partir do Atlântico e espalhando-se a todos os mares da terra.

Sob o signo da deusa-mãe e do seu culto, uma outra relação com a natureza se criará a partir dos pré-helenos do Mediterrâneo, até aos lusíadas do Atlântico. Relação feita, a um tempo, de amor e desprendimento.

Porque em Creta o animal foi vencido.

Não mais há monstros nem seres oscilando, incertos, entre o animal e o humano, deus Anubis ou vaca Hator. Mas o homem deles se libertou e a si se vê, ou revê, em deuses antropomórficos. Animais, ou meio-animais, serão só os acessórios da Deusa, ou seus intermediários entre o reino animal e divino, como demónios: grifos, tritões, sereias...

Os grifos estarão de guarda a seu trono, no palácio de Cnossos, as leoas protegerão a sua porta de Micenas... Os Monstros serão só seus servidores, mas eles próprios não receberão nenhum culto.

Nesse II milénio a. C., quando o Egipto e a Ásia Menor cultuavam ainda os seres híbridos, homens-peixes, homens-touros, homens-aves, ter-se-ia dado em Creta uma visão e assumido uma posição em face da natureza, mais livre e independente que, ela, em toda a sua feição amante, teria dissolvido o pânico, incluso em toda a religião teriomórfica da humanidade: como distância e desconhecido não resolvidos, entre o homem e o animal cultuado.

Visão e posição em face da natureza que se poderá traduzir pela tendência a antropomorfizar, já fazendo-se nos pré-helenos e que, nos helenos, seria de todo declarada e totalizante. Mas que então em si já traria incluso, como uma possibilidade de transcensão do próprio humano, via ao divino, como humano supra-terrestre.

Essa, a primeira libertação do homem, da sua ganga terrestre e fim da recapitulação sucessiva da Criação.

Libertação da terra, da sua geração e evolução, como isenção; mas adoração da terra e ligação a ela, em culto de amor, como Deusa-Mãe.

E a esse culto, preponderante e marcando um certo espaço da história da terra, a ilha de Creta e a Idade do Bronze, estará ligada a efectivação de uma das mais perfeitas formas de felicidade sobre a terra jamais atingida pelos homens: como a *Pax Cretensis*.

A Terra-Mãe, marcando uma religião, nos seus mitos e ritos, por um amor a todas as formas da vida, na sua totalidade complexa, e una: a dos deuses e dos homens, vista nas suas condições naturais de transformação, desde o nascimento até à morte: os deuses-crianças dos gregos, sê-lo-ão na medida da sua origem pré-helénica, assim opondo-se aos deuses olímpicos imortais: e ainda, por si trazendo, a um tempo, uma carga de patético e de ternura, de todo posteriormente desconhecida, ou banida, da religião homérica. E nesse amor a vida nas suas duas faces, como vida e morte, haverá o que se poderá chamar uma atenção concentrada sobre o Outro Mundo, como paraíso, mundo de vida verdadeira; e que ele, estará sempre para além duma viagem por mar, como passagem pelo seio da Deusa-mãe: um barco será a oferta a um morto, conservado no seu sarcófago de Hágia Tríada; e as cavernas e sítios face ao mar, serão usados em Creta como cemitérios e túmulos; o Outro Mundo, em si detendo toda a possibilidade, positividade, de vida, os mortos serão seres deificados, animados da vida verdadeira, ao

contrário dos mortos da época grega clássica, sombras só animadas dum semblante, ou pálido reflexo, de vida: o transporte de Menelau às ilhas Bem Aventuradas, a imortalização de Peleu, graças à nereida, Tetis, na epopeia de Homero, serão já só sobrevivências duma época e duma crença ultrapassadas e não mais vividas para os gregos arianos. Perdida estava já a visão da morte como acesso ao conhecimento supremo, tal como ficou representada no «anel de Nestor»: uma iniciação dum par de defuntos e sua ressurreição, pela sacerdotisa da Deusa-Mãe. Porque o conhecimento supremo ou vida suprema, é sempre dom da Deusa, ou sua sacerdotisa: o túmulo duplo ao sul de Cnossos, apresenta uma superestrutura formada pela cúpula, ela, dedicada a Afrodite.

Em Creta, uma religião de fundo feminino, ctónico, aquático, haverá, com uma estimativa não-racional da vida, um halo de doçura e não-violência, que ao nível das relações humanas, colectivas e históricas, se revelaria pela forma como foi levada a cabo uma talassocracia.

Cultura e religião marcadamente matriarcal e telúrica, toda ela surgirá dum carácter profundamente emotivo e passional (Evans) : esse carácter levando a alma dos homens ao limite do extático, como ponto de transcensão do humano e terrestre. Segundo o testemunho de Diodoro, a religião dos cretenses, adoptava a forma das religiões de «mistérios», que, posteriormente, os gregos

arianos haveriam de repudiar. E será essa religião a que na Grécia, se prolongará pelo orfismo, culto de Dionísio e culto de Deméter em Elensis. Preferentemente realizando-se entre deuses e homens, vida, e morte, passado e futuro, terra e céu, uma relação mais pelo sentimento do que por actos formais e pela abstracção — o destino dos homens nunca sendo desligado do destino dos deuses que, como filhos da terra e do céu, serão passíveis de nascimento, paixão e morte: essa solidariedade realizando-se entre o céu e a terra, nos liames duma religião de salvação.

Será esse fundo pré-helénico, como cosmovisão e experiência da vida articulada numa estrutura perfeita, complexa e coerente, toda ela criando uma específica idade e civilização dos homens, a Idade do Bronze mediterrânica, aquela que os aqueus, ao transportarem-na para o continente, haveriam de posteriormente preterir e depois os dórios, substituir de todo por uma religião patriarcal e urânica sob a égide de Zeus, depois na época greto-latina, fundamente racionalizada, humanizada, formal e desmitizada.

Mas na Europa, outro espaço teria havido, consagrado para perseverar a herança duma civilização matriarcal pré-ariana e de sua religião: para além de Eleusis, da Grande-Grécia, Sicília, Trácia, Golfo de Sirte... como outro e paço depositário e depois ainda transmissor dessa herança, surge a «ocidental praia lusitana»: como

espaço limite da Europa, «onde a terra se acaba e o mar começa», situado sobre um abismo, o do mar primordial, Mar Tenebroso; sobre ele e depois para além dele, Portugal teria aqui perseverado uma alma antiga, de todo destruída ou negada no resto do Ocidente: e depois a teria feito transitar, a mesma e outra, porque transmutada, para além desse mar.

Será o carácter duma civilização pré-indoeuropeia, aquele que marcadamente se continuará e confirmará em toda a Tradição em Portugal e sua expansão no mundo.

Preserverando no extremo do Ocidente e depois por si levando a todos os continentes uma religião naturalista, mas a um tempo unindo imanente e transcendente, evoluída e envolvida num alto e complexo simbolismo, tal como aquela uma vez criada em Creta, surgindo no seu todo ainda como uma religião estruturada sob a égide da Mãe-divina como poder supremo sobre o mundo animal, vegetal e dos homens, dos mortos e dos vivos, do céu e da terra e dos infernos, e em que o terror da morte fora abolido por uma visão totalizante e amante da vida serão esses os sinais testemunhados na antiga civilização pré-helénica, os que, semelhantemente, marcarão ainda outra civilização e talassocracia, agora a partir, não do Mediterrâneo, mas do Atlântico, a lusíada. E fundando-se ainda, no período de seu esplendor, na amenidade e fraternidade entre os homens, sob a protecção da

Virgem e do Menino Redentor — como novas formas da Grande-Deusa e da Criança Divina.

Na religião dos portugueses, características fundamentais duma certa vivência pré-ariana, seriam ainda aquelas as mesmas transmitidas aos povos fazendo parte do complexo cultural criado sobre a terra, como ecumenismo lusíada: e agora, porventura, mais visíveis entre esses povos, naqueles que por si, no primeiro contacto europeu, viveriam ainda nas formas mais primevas da civilização humana, como os tupi-guaranis, do Novo Mundo. E agora ainda, por ventura se poderá ver que o fundo extático, como aquele fundamental duma religião de «mistérios», transitaria para o Brasil, por ele unindo-se, confirmando-se com a herança ameríndia e africana e agora manifestando-se em mitos e ritos, que farão ressurgir do outro lado do Atlântico, formas semelhantes duma religião viva e vivida outrora há milénios deste lado do Atlântico. É o mesmo carácter orgiástico, já visível nas cenas representadas em Creta, e até nós chegadas, dos milénios III e II a. C., o que perdura nos nossos dias no culto afro-brasileiro, em macumbas, condoblés, festas e arte popular...

A proeminência do culto da Grande-Deusa ou Nossa Senhora, mãe dos vivos e dos mortos, marcando ainda a religião dos portugueses em trânsito para outro Continente, os seus tempos arcaicos circulares, uma vez na antiguidade a ela consagrados, como divindade a um tempo agrária,

da fecundidade e funerária, Pótnia ou Deméter, Persérfone, transitariam pela «Alma Atlântica» para o Brasil, ressurgindo ainda nas igrejas de Ouro Preto, Rio de Janeiro... dedicadas a Nossa Senhora da Conceição e do Carmo, do Rosário, da Glória... E Jemanjá e Oxum, ou Nossa Senhora da Conceição e do Carmo, deusa do mar e deusa das fontes e rios, Imaculada Mãe de Deus, perdurariam ainda no culto duma divindade por excelência da fecundidade e maternal, sempre virgem: como água-mãe, a que em si guarda, multiplica e regenera os germens da própria vida.

*

E essa divindade, como figura formadora e condutora da civilização portuguesa, através da sua história, terá em si a forma dum mito cosmogónico, prístino. A deusa-mãe surgindo desde a pré-história portuguesa com toda a amplitude e profundidade duma força criadora primordial.

Como *Abissus*, Caos, substância primeira e informe, águas da terra e do céu anteriores a toda a forma de separação e organização, ser que de si, unicamente, dá origem a toda a criação, surgirá esse princípio cósmico desde o nosso neolítico. Desde então, Portugal se poderá ver e definir no Ocidente, como a nação da «Urwasser» — um ser que da água primordial tira toda a essência e existência. Desde o neolítico, como época primeira que, dada a

estabilização do homem ao solo e sua dominação e uso das forças da natureza, no seu reino vegetal e animal, se começam a definir suas estruturas religiosas e sociais na linha consequente vinda até nossos dias (e agora atacadas), desde então também nos seus monumentos sagrados mais marcantes, os dolmens, os sinais neles consignados e o seu espólio, pela sua predominância e multiplicidade, apontarão já para esse princípio criador: linhas onduladas e quebradas e figurações serpentiformes gravadas ou pintadas nas suas pedras, e ainda vasos junto ao morto, como os que continham o elemento de sua ressurreição, a água. E que, na época seguinte, do eneolítico, se iriam multiplicar no objecto o mais significativo e singularizante da civilização então surgida no nosso território, o vaso campaniforme: como objecto cultural, apontando ainda para esse carácter aquático e maternal duma divindade fúnebre e da fecundidade. Ligado ao mesmo complexo, ou constelação religiosa, surgirão na mesma idade da nossa pré-história, os ídolos-placas, os ídolos-cilindros e ainda, segundo o testemunho, na proto-história, dos escritores clássicos, o culto rendido à Lua, em santuários, como Sintra, ou em danças nas noites de lua cheia, defronte de suas casas! (Estrabão, *Geografia*, III, 4, 16).

Carácter abissal, ctónico, lunar, aquático, feminino, estará desde então marcado e predestinado para a comunidade de povos que mais tarde formaria Portugal: e daí também, o seu dom de profecia. Uma

mesma linha interrupta e coerente ligará em si, ou a si atrairá, num mesmo complexo sagrado, através dos séculos e milénios, as manifestações duma comunidade, como o seu arquétipo estruturador: e gerador. E que, por si, adquirirá formas de manifestações sucessivas que a nós agora se poderão revelar talvez mais impressiva ou apreensivelmente, desde o fundo da nossa proto-história, por alguns dos seus avatres culturais, como: a primeira nomenclatura dada ao nosso território pelo primeiro relato que a ele se refere, como *Ophiussa*; depois na Idade Média, a sua eleição para a detenção ou demanda do Graal, testemunhada nos romances de cavalaria; e, simultaneamente, na via alquímica ou hermética, a eleição da *Anima Mundi*, como princípio primordial e fundamental; no Renascimento, como período que abre uma nova idade de humanidade, a possessão ou identificação colectiva desse povo com o Mar Tenebroso, como *Abyssus*: tudo sempre se realizando através do mesmo princípio. E que, na Idade Moderna, no séc. XVII se renovará e transmitirá, como dom de profecia nos homens, Bandarra e Vieira; e, pelo Rei da Restauração, na proclamação e consagração do mesmo princípio sagrado feminino, o que protegerá um novo reino, como Imaculada Conceição.

*

Forma de religião arcaica, pré-indoeuropeia (nossa mitologia a mais primitiva terá fundas analogias com o mito da criação dos pelasgos), que aqui no extremo da Europa perdurará e que, pela feição duma civilização expansionista, se transmitirá ao Novo Mundo.

Três milénios após a destruição duma civilização de povos morenos, os pré-helenos minóicos, pela invasão dos bárbaros louros dórios que no Mediterrâneo iniciaram uma idade de trevas, iria ressurgir do outro lado do Atlântico uma religião semelhante à dos «homens vermelhos» de Creta, os Kefti, por novos povos morenos, os do Brasil.

Portugal, pela sua tradição e pela sua expansão no mundo, como talassocracia, se apresentando em relação ao Mediterrâneo e às suas primitivas raças de homens e civilizações, como o espaço da Europa o mais conservador.

E inovador. Porque, como depositário fiel, em si não deixando exaurir-se uma tradição, ainda por si, não a deixará petrificar-se num imobilismo de morte — falsa imagem de si própria, como alma primeira; mas antes, a transmutando e a transmitindo a outros povos da terra, em ressurreição: como obra de verdadeira fidelidade. Porque em si, como algo de vivo que é, sujeitando-a à metamorfose da vida.

Como o povo talvez o mais tradicionalista e revolucionário da Europa, o povo português teria aqui realizado um outro milagre, oposto ou complementar ao «milagre grego», por resolução de

síntese dos dois termos que, anteriormente aos gregos arianos se lhe teriam oferecido.

Neste extremo lusitano, a herança, dos povos mediterrânicos se teria cruzado com a herança dos povos atlânticos: por ventura pela afinidade de duas civilizações do Bronze, ambas no seu auge, a pré-helénica dos cretenses e a dolménica dos hiperbóreos: e ambas em si e por si, trazendo as fundas raízes duma civilização de forte e homogéneo carácter ginococrático sob a égide da Grande-deusa, a do neolítico: uma mesma tradição se cruzaria e confirmaria no oeste peninsular ibérico e, posteriormente, se transmitiria através dos milénios a novos povos.

Que se tenha dado uma sobrevivência preponderante na tradição portuguesa do seu extracto da época megalítica — ainda hoje o mais singularizante e abundante do seu testemunho arqueológico — por ele marcando assim uma afinidade com a civilização pré-helénica mediterrânica e, ou, possivelmente ainda uma acção directa neste pela vinda das naus cretenses ou micénicas até às plagas ocidentais da Península, de qualquer modo tudo levará a crer no forte carácter arcaico ou conservador da civilização portuguesa e que a distinguirá entre o complexo moderno ocidental europeu, como um vero fóssil cultural, marcadamente pré-indoeuropeu.

Preponderância lígure na nossa antropologia, anterior, à vinda dos primeiros indoeuropeus e com

eles os celtas, e influências micénicas na nossa cultura castreja: tais as intuições ou conclusões de Martins Sarmento; extracto e espólio da cultura dolménica como o mais abundante de toda a nossa pré-história: tal o asserto de Vergílio Correia; para os dois eminentes arqueólogos e historiadores portugueses, uma predominância pré-ariana e uma afinidade ou influência pelásgica na nossa pré e proto-história, seria afirmada; vinda até às costas ocidentais da Península Ibérica e Ilhas Britânicas dos nativos de Creta: tal a hipótese de Evans; uma corrente de civilização pelásgica que, do Mediterrâneo oriental teria descido ao longo da costa ocidental de África e aí permanecido perseverada e ainda no nosso século detectável em vestígios de carácter religioso e cultural do povo Yoruba: tal a hipótese de Frobenius: tudo sempre apontará para uma possível afinidade ou unidade, por influência ou sincronidade, entre o Mediterrâneo e o Atlântico no neolítico, calcolítico e Idade do Bronze: e esta última então, inserida no complexo civilizacional de prestigioso brilho, vindo até nós pela reminiscência mítica platónica, como o povo da Atlântida.

E então aqui, neste extremo ibérico, uma religião da Grande-deusa, marinha e telúrica, se teria cruzado com uma religião solar e urânica: que como hierogamia marcará neste extremo, a união de duas raças e de dois mares da Terra. Como ponto marcado para a reunião de Apolo e Afrodite: o deus dos hiperbóreos e a deusa dos mediterrânicos. E será

essa hierogamia a cantada pelo poeta épico de *Os Lusíadas*:

«Eis aqui quase cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa.
E onde Febo repousa no Oceano».

Como abertura e aceitação pelo seio da deusa pelásgica, da vinda do deus olímpico, haverá aqui implícita uma resolução religiosa de todo diferente ou ausente, daquela dada pelos aqueus, sobretudo pelos dórios da Grécia. Pelos quais e onde, se dará uma subordinação do elemento sagrado feminino e ctónico ao elemento sagrado masculino e celeste: iniciada pelos aquéus e concluída totalmente pelos dórios. Desde então, sob a suserania dum deus urânico, Zeus, a antiga religião da Deusa-Mãe, informando todo um complexo cultural marcadamente ginococrático, será de futuro relegada ou banida, subsistindo tão somente em formas cultuais e vividas, como religião de Mistérios.

Opostamente aos arianos da Grécia, uma outra solução, ou resolução, seria a dos arianos do oeste da Península Ibérica: e outra a herança aqui preservada. E agora apresentada ao Ocidente: de todo diferente à da Grécia clássica que por ela, formaria e conduziria todo o Ocidente durante seu ciclo dos dois últimos milénios: e que agora nos nossos dias, em si revelará todos os sinais dum fim

próximo, iminente, como fim de ciclo histórico — por exaurição, ou degenerescência.

*

E agora, recordemos de novo e fielmente pela Reminiscência platónica, via Egipto e sua alta iniciação transmitida pelos sacerdotes de Neit, a Senhora de Saís, essa primeira civilização da Atlântida, tal como ela se reflecte ainda no seu longínquo brilho, nas páginas do *Timeu* e *Crítias*: «Ora, nesta ilha Atlântida, reis tinham formado um império grande e maravilhoso. Este império era dono da ilha toda inteira e de muitas outras ilhas e porções do continente» (*Timeu*, 25); sua cidade capital refulgente que se elevava rodeada de braços de mar circulares: «O muro que rodiava a muralha mais exterior, revestiram-no todo de cobre, que lhe fez como um reboço. Cobriram de estanho fundido a muralha interior e quanto àquela que rodeava a própria Acrópole, guarneceram-na de oricalco, que tinha reflexos de fogo» (*Crítias*, 116).

E será como um vestígio, tal outra reminiscência dessa civilização abissal que, duma noite para um dia foi tragada pelas ondas do Oceano, o que em si a tradição portuguesa perserverará? Nós seremos os últimos atlantes?

No neolítico, calcolítico e Idade do Bronze, o espaço e humanidade que então estariam na origem do que hoje é o território e o povo português,

deteriam em si o feixe, senão a origem duma alta civilização marítima que, no seu «hinterland» abrangia as terras atlânticas, desde a Península Ibérica até às ilhas Britânicas, passando pela Armórica francesa: que relações entre si, de identidade ou afinidade, deteria essa civilização, da história com uma ilha, da lenda, que então ocuparia esse mar? «Pois que, nesse tempo, podia-se atravessar esse mar. Ele tinha uma ilha, diante dessa passagem que vós chamais as colunas de Hércules. Essa ilha era maior do que a Líbia e a Ásia reunidas. E os viajantes desse tempo podiam passar dessa ilha às outras ilhas e dessas ilhas podiam aportar a todo o continente, sobre a margem oposta deste mar que merecia verdadeiramente o seu nome» (*Timeu*, 25). Iaha, que numa noite fatal e no fundo dos tempos, foi tragada pelo mar e desapareceu de sobre a terra e da memória dos homens. E relações, fazendo-se em que nível, ou níveis, da verdade: só pela história, ou só pela mitologia, ou por ambas simultaneamente?

Será todo esse mistério ainda indecifrável, aquele proposto aos portugueses por Platão. E que os arcanos da nossa etnologia, arqueologia, antropologia e história das religiões, em si deterão, como enigma a desvendar?

Mas agora, e desde já, se poderá talvez adivinhar que, um dos sentidos escondidos, e o maior, do enlace do Rei D. João I com D. Filipa de Lencastre na Sé do Porto, no dia 2 de Fevereiro de 1387, como

o do fundador duma nova dinastia de Portugal com uma princesa das Ilhas Britânicas, seria como a possibilidade de reatar as correntes de força que, uma vez no passado longínquo e num período de esplendor da nossa pré-história, teriam agido em todo o Atlântico norte e entre si unido as terras bordando suas margens: tudo surgindo como um reatar dum dinamismo humano-cósmico, como fruto desse enlace régio. Depois, D. Henrique, também no Porto nascido, indo para o Cabo de S. Vicente, como o antigo *Promunturium Sacrum* desse passado, lugar sagrado eleito dum território, um dos seus pontos de concentração máxima das forças terrestres e celestes, e ele, como homem supra-humano, iria com seu poder mágico-religioso, despertar e activar essas forças de novo: por si em suas mãos, detendo-as e usando-as, como num feixe. E depois forçar a abertura do Mar Tenebroso e de novo animá-lo: até então, massa inerte, obscura e hostil, em que o Atlântico sul se teria transformado durante esses milénios após sua catástrofe. A obra do Infante seria animar de novo uma matéria, pelas correntes do espírito, abrindo-a à sua aceitação e passagem, pela presença de uma nova união da humanidade: o que, historicamente, se poderá traduzir como inauguração dum novo ciclo civilizacional do Atlântico. Esse o sentido da oposição ao espírito, por parte da matéria, que revelam as muitas tentativas do Infante para ultrapassar o Cabo Bojador: e que, por si ainda,

revelam a sua empresa como acto de herói, em toda a sua magnitude.

«posto assim o Infante em aqieste movimento, segundo as razões que já ouviste, começou de aviar seus navios e gentes, quaes a necessidade do caso requeria; mas tanto podeis aprender que pero lá enviasse muitas vezes e ainda homens que, por experiênciã de grandes feitos, antre os outros haviam no ofício das armas avantajado nome, nunca foi algum que ousasse de passar aquele cabo do Bojador para saber a terra de alem, segundo o Infante desejava (...) E finalmente, depois de doze anos, fez o Infante armar uma barca, da qual deu a capitania a um Gil Eanes seu escudeiro, que ao depois fez cavaleiro e agasalhou muito bem, o qual seguindo a viagem dos outros, tocado daquele mesmo temor, não chegou mais que as ilhas de Canária, donde trouxe certos cativos com que se tornou para o reino. E foi isto no ano de Jesus Cristo de mil quatrocentos e trinta e três.

Mas logo no ano seguinte, o Infante fez armar outra vez a dita barca, e, chamando Gil Eanes a de parte, o encarregou muito que todavia se trabalhasse de passar aquele Cabo; e que ainda que por aquela viagem mais não fisesse, aquilo teria assaz (...) E o Infante era homem de mui grande autoridade, pela qual suas admoestações, por brandas que fossem, eram para os sisudos de mui grande encargo, como se mostrou por obra em aqieste, que, depois destas palavras determinou em sua vontade não tornar mais

ante a presença de seu Senhor, sem certo recado daquilo por que o enviavam. Como de feito fez, que daquela viagem menespresando todo perigo, dobrou o cabo a alem, onde achou as cousas muito pelo contrario do que ele e os outros até ali presumiam» (*Aturara, Crónica da Guiné*, cap. VIII e IX).

O Infante D. Henrique será, no promontório de Sagres, como um novo atlante. Criando um novo ciclo de civilização, como reatção dum outro, antecedente e antiquíssimo e então de todo esquecido já pela memória dos homens: no Ocidente, só recordado pelo seu povo que entre todos os demais, nunca destruiria o passado e nos seus templos, segundo Platão, conservava anais remontando a dez mil anos. Impressiva será a fala a Sólon de um dos sacerdotes de Saís, «que era muito velho»: «Sólon, Sólon, vós os gregos, sois sempre crianças: um Grego nunca, é velho! (...) não tendes nenhuma opinião antiga, vinda duma velha tradição, nem nenhuma ciência branqueada pelo tempo (*Causas de esta ignorância, Timen*, 22).

E nesse promontório de Sagres, o Infante, como homem, por si surgindo em toda a sua grandeza sobrehumana e cósmica:

Em seu trono entre o brilho das esferas
Com seu manto de noite e solidão
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras
(*Mensagem*).

E ainda, surgindo como uma reminiscência platónica, palingénese viva de todo um povo, outrora nessa noite submerso nas águas do seu mar.

O forçar durante todos esses anos seguidos a passagem do Cabo marcará um primeiro passo para o despertar dum mar, e de eras passadas, para sua nova dinamização e unificação: agora sob a égide dos portugueses. Posteriormente — mas a este passo primeiro do Infante se ligando — os seguintes passos desta unificação e animação, como comunhão da Terra e dos homens através do mar, será a descoberta do caminho marítimo para a Índia e a descoberta do Brasil, realizadas por Vasco da Gama e depois por Álvares Cabral.

E, se a intuição de Leo Frobenius se identifica à verdade histórica — uma única, corrente de civilização vinda do fundo da pré-história, desde o Pacífico, passando pelo Índico, até ao Mediterrâneo da Idade do Bronze, daí penetrando no Atlântico e descendo ao longo das costas africanas — essa corrente seria fechada, concluída finalmente no século XV pelos portugueses como anel inconsútil.

Esse o sentido do segundo passo da aventura marítima iniciada pelo Infante e perfeita no reinado de D. Manuel por Vasco da Gama, o terceiro passo, como sua *completude*, a descoberta do outro lado do Atlântico, e sua união à Europa, por Álvares Cabral.

E então, o facto histórico da fundação da Dinastia de Aviz, a eminência de início de uma nova era da

humanidade cantada por Fernão Lopes na sua *Crónica de D. João I*, adquirirá toda a sua amplidão transnacional: até aos limites do universal cósmico. O nosso primeiro historiador, com seu sentido profético, a teria intuído nas suas várias dimensões:

«*Da Septima Hidade que sse Começou no Tempo do Meestre*»: «na, qual se levantou outro mundo novo, e nova geeraçom de gemtes (...) Assim que esta hidade que dizemos que sse começou nos Feitos do Meestre, a qual fella de Cesar per que esta crónica hé copillada, ha agora sessenta annos que dura: e durara ataa fim dos segres ou quamto Deos quizer que as todas criou (ca. CLXIII).

Activadores, dinamizadores das correntes ocultas no mar, como veios de condução de força do espírito, para a união da terra inteira dos homens, como descoberta e fraternidade ecuménica: assim se poderá traduzir a obra dos portugueses. Será esse o mais alto sentido e justificação da sua aparição e intervenção na história da humanidade.

Como obra de ciência marítima, comércio, colonização e cruzada, levada a cabo por uma talassocracia nos séculos XV-XVI da Idade Moderna — na vasta e abissal perspectiva da história da humanidade, ela se poderá opor e ligar a uma outra talassocracia ocidental, a minóica: como marcos ou etapas no devir da humanidade, aberturas ou fechos de seus ciclos históricos.

Agora, vendo essa história como se fazendo por propagações, ondas ou sucessivas vibrações, tais outras correntes de força suprafísica, avançando e cobrindo a superfície da terra — e ainda pelas próprias se fazendo sempre sob o signo ou vector duma certa força cósmica sagrada, como mito: ou musicalmente como tema duma certa melodia, única, infinita e diversamente modulada neste mesmo período ou ciclo de onda — talvez que seja lícito ver a civilização cretense e a lusíada, propagadas através da terra em duas épocas diferentes da história, como o retomar dum mesmo vector, mito ou tema melódico, em duas formas diversas. Esse mito, seria o da deusa-mãe; em ambas as civilizações, de força criadora e estruturadora primeva. E, através da atenção que possamos agora conceder a essas duas civilizações e a essa força criadora e condutora, talvez acaso possamos adivinhar — indo da tradição até à profecia — algo do que o futuro e iminentemente, se irá criar na história da humanidade.

Porto, 2 - 1977

Tradição pré-helénica e céltica n' Os Lusíadas
(ou entre o Mediterrâneo e Atlântico)

Se, uma primeira abordagem da epopeia camoniana, poderá mostrar uma estrutura criada sob os moldes da mitologia classicista e académica greto-romana, de cariz fortemente humanizada e

racionalizada, tal como a viu e preferiu e ainda a formulou o Renascimento e que assim teria sido também a do ambiente cultural do Poeta, notadamente nos seus anos de estudo em Coimbra, cariz ainda acentuado na sua epopeia pela sintaxe por vezes fortemente latinizada em que verteu o português — um fundo derradeiro nela haverá, revelando raízes arcaicas dessa mitologia, que apontarão para seu passado pré-helénico e pré-olímpico. Passado no qual era predonderante a existência e acção das deusas sobre os deuses, como sua soberania na religião, e na sociedade gineocrática, do ctónico sobre o celeste, e ainda do líquido sobre o ígnio, da linha materna sobre a paterna, do cômputo do tempo por períodos lunares e não solares, da noite sobre o dia; da visão do mundo do Além e da outra, vida, luminosa e em plenitude, sobre aquela posterior dos helenos, de escuridão em fraca semelhança de vida, pálida e exausta.

Mas ainda, este fundo pré-olímpico, que aqui se poderá ver como primordial, coexistirá com a religião olímpica: e será a união destas duas estruturas ou visões do mundo, o que caracterizará *Os Lusíadas*; e que, podendo surgir como um compromisso, se revelará antes com os sinais dum período de transição de culturas e tempos, tal a que marcou a religião micénica: o elemento celeste e Júpiter, partilhando já dum poder que outrora, na religião cretense, pertencia ao elemento telúrico e à

sua deusa-mãe. O deus urânico olímpico, o «*Grão Tonante*», o «*Pai Poderoso*» e ainda Marte e Baco, partilharão, na condução da aventura dos argonautas lusíadas, o poder com a primitiva deusa do mar Tétis, as nereidas e Vénus, aquela que nasceu da espuma formada à volta do membro gerador de Uranos, mutilado pela foice de Cronos, e caído no mar; e ainda com Neptuno, o deus da talassocracia cretence e os «Velhos do Mar», Proteu e Nereu, que povoaram esse mar antigo na sua época pré-helénica. Os dois concílios dos deuses que decidem o destino dessa aventura lusíada, o primeiro se dará nas alturas do Olimpo, «Onde o governo está da humana gente» (canto 1, 20), sob o ceptro rutilante de Júpiter, o segundo nas profundezas do abismo do mar, sob o tridente de Neptuno.

Assim, esse fundo mitológico pré-helénico, será marcado com sinais duma permanência e inovação: característica que sempre existirá nas formas portuguesas de vivência e pensamento. E na atenção que aqui poderemos conceder ao chamado maravilhoso pagão, de *Os Lusíadas*, esta característica deve ser considerada como relevante. Se é Júpiter que logo no início de *Os Lusíadas* no canto I, preside a esse primeiro concílio que decidirá do êxito da aventura dos argonautas, é Tétis, a deusa do mar arcaica e suas ninfas, que no fim, no canto X, na «ilha namorada», coroam esses argonautas, como prémio supremo da sua vitória, fazendo-os partilhar do conhecimento do futuro de sua pátria, na sua

história: e duma iniciação final, como ascensão de heroização. E se é o deus pai do Olimpo que nesse canto I surge como detendo o poder da profecia, esse poder é partilhado com a deusa-mãe primitiva, Tétis, que nesse canto X abrirá ainda mais potentemente todo o futuro da história dos portugueses. É uma partilha da transmissão profética que se realizará entre céu e mar, tal a que Camões a revela logo no início desse canto último, na estância 7: «Com doce voz está subindo ao Céu / Altos varões que estão por vir ao mundo, / Cujas claras ideias viu Proteu / Num globo vão, diáfano, rotundo / — Que Júpiter em dom lhe concedeu / Em sonhos —, e depois no Reino fundo, / Vaticinando, o disse, e na memória / Recolheu logo a Ninfa a clara história». E não será por acaso que Camões terá escolhido para abertura e fecho de sua epopeia, a partilha deste dom supremo oracular (dom tradicional e prístino dos portugueses), em duas vozes unidamente opostas e complementares.

Iniciação final dada por Tétis aos argonautas, como realização suprema de toda sua aventura; protecção suprema dada a essa aventura por Vénus, a deusa pelásgica, que surge nas epopeias de Homero como a protectora dos troianos: a *Ilíada* e *Odisseia*, poemas dos aqueus, e *Os Lusíadas*, poema dos portugueses, surgirão no Ocidente como aqueles que em si trazem, numa sociedade patriarcal, masculinizada, os fragmentos esparsos duma época

já de todo ultrapassada e esquecida para a memória dos homens: como em poderosa reminiscência.

E não pondo aqui o problema duma possível vinda de cretenses ou micénicos às nossas costas — problema debatido ainda pelos historiadores — e assim, duma possível acção directa e perseveração neste solo extremo ocidental dessa vinda e tradição, que só uma prospecção arqueológica (e esta notadamente no campo da cerâmica) e ainda uma prospecção linguística e de histórica comparada das religiões poderá aclarar-este problema do aspecto pré-helénico na nossa tradição, será lícito vê-lo tão somente como um dos aspectos múltiplos de que se reveste o carácter arcaizante da cultura e religião dos portugueses (e que nesta última, a poderá levar a suas inclusões ou implicações mais ou menos heterodoxas). E neste carácter arcaizante, desde já uma existência de fundo pré-helénico, podendo ser visto como a dum substracto neolítico, ele preponderante entre a nossa cultura e a do passado mediterrâneo da Idade do Bronze.

Reminiscências arcaicas numa epopeia portuguesa, de época e cunho renascentista e clássica, as poderemos ver aí levadas e perseveradas através da tradição portuguesa, como supraconsciente dum povo, e ao qual Camões, como seu poeta eleito, teve acesso e com o qual partilhou, vertendo-o na sua obra; e ainda nela, levada ou reforçada pelas possíveis leituras do poeta, como fontes de sua epopeia, notadamente da *Argonáutica* de Apolónio de

Rodes: como aquela que, entre a herança grega, trouxe em si um dos mais potentes testemunhos dos mitos pré-helénicos.

*

Portugal, sob muitos dos seus aspectos essenciais, sempre teria sido na Europa, e notada e visivelmente a partir da Idade Moderna, como um dos seus maiores e fiéis repositórios de estruturas e estimativas da sua cultura e vivência arcaica: e se aqui se teriam conservado elementos dos tempos pré-indoeuropeus, estes ainda, na sua feição mediterrânica, eles se teriam unido aos outros logo imediatos no tempo, na cultura indoeuropeia, na sua feição céltica atlântica.

Assim, curvemo-nos rapidamente neste aspecto dúplice da nossa cultura e elegendo aqui primeiro entre duas tradições, algumas das raízes pré-helénicas que estarão subjacentes à mitologia de *Os Lusíadas*: e nestes, fortemente actuates e estruturantes.

A epopeia camoniana sendo um «poema do mar», como lhe chamou Humboldt trará já em si toda a sugestão do ambiente dessa época arcaica. E na nossa cultura, inserindo-se talvez como a sua mais poderosa herança pelásgica: pois é um ambiente de criação do mundo, cosmogónica, tal como aquele dos poemas desta época, o que aí se vive. Mundo pré-olímpico, apenas saído do Caos, de água e noite,

povoado de sereias, «Velhos do Mar», Gigantes, deusas e deuses titânicos, Eros, Vénus, Neptuno, o deus que reina «No mais interno fundo das profundas / Cavernas altas onde o mar se esconde, / Lá donde as ondas saem furibundas» — (canto, VI, 8).

É esse mar profundo, de obscuridade, que os marinheiros lusíadas, os primeiros, desvendaram ao conhecimento dos homens do Ocidente, aquele que aí se vive em todo o seu terrível primordial. Mundo marinho, o que foi também o da mitologia e da história de Creta, na sua talassocracia, ela tão semelhante à portuguesa; mundo depois abolido e ultrapassado pelos aqueus de Micenas, mas por eles ainda perseverado em fragmentos: e depois destruído pelos dórios. Mundo primordial, de cosmogonia arcaica: é Tétis que Homero, assim como Hesíodo, em dois dos primeiros relatos de começo de mundo, nomeiam como a «mãe», aquela que unida a Uranos, gera os primeiros deuses. E serão ainda Tétis e Uranos, os deuses que estão no Ovo de prata primordial, criado no seio da Noite, sua mãe, no relato de um outro desses poemas primeiros de começo de mundo, o órfico.

Neste mundo e progénie, a viagem de Vasco da Gama à Índia, podendo ser vista como uma descida ao Tártaro, guardado por um dos Gigantes, Filhos da Terra, ou Gaia, e nascidos das gotas de sangue de Uranos caídas no mar: o gigante aqui sendo o Adamastor. Ou ainda, este combate dos argonautas

com o filho da Terra, podendo ser visto como a luta dos deuses olímpicos com os Titãs, ou posteriormente, com os Gigantes: tudo sempre apontando para esses relatos duma mitologia pré-olímpica. O aspecto de Adamastor será selvagem e telúrico, traduzindo essa natureza de filho da terra apenas saída do Caos, aqui o Mar Tenebroso que ele guarda e defende: «De disforme e grandíssima estatura, / O rosto carregado... a cor terrosa e pálida / Cheios de terra e crespos os cabelos, / A boca negra e os dentes amarelos» (canto V, 39). A vitória nesta luta caberá aos lusíadas, como outrora coube aos deuses olímpicos, terminando na mitologia, uma época de preponderância gineocrática, telúrica, feminina. E para tudo, a chave do sentido último desta expedição marítima, como expedição de argonautas em busca da imortalidade, será dada pela acusação feita por Baco: «...Que do Mar e do Céu, em poucos anos / Venham a Deuses ser, e nós humanos»; perguntando ainda aos deuses marinhos nesse palácio de Neptuno reunidos: «Vós, a quem compete esta vingança / Que esperais? Porque a pondeis em tardança?» (canto VI, 29, 31).

Descida aos Infernos, como prova de iniciação suprema, tal a de Ulisses no canto XI da epopeia de Homero, ou de Eneias, no livro VI da epopeia de Vergílio, ou passagem de Vasco da Gama e seus marinheiros pelo «Profundo», abismo, ou Mar Tenebroso e chegada ao paraíso terreal, «ilha divina», no canto IX de *Os Lusíadas*. E para esse sentido

último da aventura marítima dos portugueses, apontarão ainda e sempre, as «naus da iniciação», da *Mensagem*.

Ainda como reminiscência duma idade pré-indoeuropeia, poderemos ver aqui na epopeia camoniana, a deificação dos mortos, como heróis da história portuguesa. Como culto do herói, essa deificação virá dum outro mais remoto e arcaico: o culto dos antepassados. E será este que atravessa todo o transcurso de *Os Lusíadas*. Pacheco, Albuquerque, Castro... serão por Tétis situados na sua evocação oracular, num mundo que está já entre os homens e os deuses, atingido que foi por uma ascensão de heroização. Na imortalidade do herói pelos seus feitos vitoriosos, sua coragem, sua iniciação, e heroização se cruzarão e unirão aqui: a coroação dos argonautas e seu capitão pelas ninfas e pela sua rainha, marcará o fim da aventura, como dom de imortalidade concedido aos homens por mulheres divinas. A imortalidade que Júpiter concede ao herói aqueu na *Odisseia*, Menelau, é aqui concedida ao herói lusíada Vasco da Gama por Tétis, a deusa que anteriormente tinha reinado nesse mundo marinho, embora com outro nome, antes do deus pai e dos deuses olímpicos. Desse mundo marinho primitivo, cenas haverá na epopeia camoniana que nos trarão das suas mais maravilhosas e potentes visões em toda a poesia ocidental moderna: como o concílio dos deuses no húmido reino, onde se «Descobre o fundo nunca

descoberto / As areias ali de prata fina; / Torres altas se vêem no campo aberto, / Da transparente massa cristalina (...) com suas húmidas deidades»; como saídas nesse momento genesíaco primeiro do mar original da geração; tal o Tritão: «Os cabelos da barba, e os que descem / Da cabeça nos ombros, / Todos eram de limo prenhes de água (...) Na mão a grande concha retorcida / Que trazia, com força já tocava; / A grande, canora voz, foi ouvida / Por todo o mar, que logo retumbava» (c. VI, 17-19); e ainda a acção das «alvas filhas de Nereu», convocadas por Vénus, «Com toda a mais cerúlea companhia / Que, porque no salgado mar nasceu, / Das águas o poder lhe obedecia», (11-19), para impedir a entrada da armada lusíada em Mombaça e sua certa destruição.

Evocação duma mitologia, e dum mundo marinho, tal a dos certenses, que como os portugueses, viveram, sentiram e se reconheceram através do mar, e através dele se realizaram plenamente: numa talassocracia.

Podemos avançar a ideia que *Os Lusíadas* se podem colocar ao lado da *Odisseia* e *Iliada* e ainda da *Encida* como gestas duma época heróica em si contendo em nostalgia vestígios da mitologia duma outra anterior, perdida e não mais acessível na sua vivência real e conhecimento. Para além de vermos as epopeias dos aqueus e romanos unicamente como modelos ou fontes eruditas da nossa própria epopeia, haverá ainda esta possível perspectiva. As

três, unidamente partilhando desse valor de potentes reminiscências dum tempo e sua mitologia, imerso já no olvídio. Ou, para usar os versos da própria voz de Camões: «sepultado... em negro vaso / Da água do esquecimento» (c. 1, 23).

Portugal, como terra extrema da Europa, zeladora de seu passado, detendo no seu fundo suas tradições as mais prístimas, será também simultaneamente como a sua terra a mais inovadora, em si detendo o poder de lhe abrir novas formas de existência e conhecimento, novos ciclos históricos de civilização.

21-28-11-1980

*

De todos os povos que chegaram à Europa e a ocuparam durante o I milénio a. C., criando sua civilização no seu fundo arcaico, avultarão os celtas, com toda sua mitologia — ela profundamente integrada nessa civilização, moldando-a em todos os níveis, dela inseparável, como sua força mais impregnante e actuante. Civilização e cultura depois e até agora esquecida, sepultada na derrota desse povo pela organização e domínio por demais pesado e implacável da máquina imperialista de Roma; primeiro destruição, a mais eficaz, depois seguida pelo lento olvídio provocado pelas sucessivas ondas de emigração dos povos germânicos. Subjugação, enterramento da alma dum povo, persistindo doravante através dos tempos somente em

escombros a custo reconhecíveis e identificáveis; ou em falsificações pelo processo de adaptação dessa mitologia, realizado nesses primeiros tempos pelos romanos como *interpretatio romana*, à sua própria religião, ela já de todo vazia do sagrado, mera forma estatal política, ou de projecção humana, em meros termos racionais pela lógica dum povo o mais positivista e materialista dos que ocuparam e dominaram a Europa. Povo de juristas e militares que reduziram o feérico e o sonho da alma céltica, desde então desvanecidos pela luz dum sol demasiado explícito e cru. Apagamento pelo lento esquecimento posterior no devir, perda do significado de seus mitos e ritos por seu próprio povo, ao longo de múltiplas camadas sobrepostas de outros povos e suas culturas e mundividências.

Mas seria Portugal e a Galiza, como povos célticos ou celtizados duma finisterra dessa Europa, em todo esse seu contexto cultural e étnico primitivo que no seu espaço sofreu a invasão e domínio das hostes romanas, de que só foi excepção a Irlanda, aqueles que mais fielmente teriam conservado esse seu património céltico, como o dum seu estrato remoto, e sua mitologia: como a que conduziu e estruturou a existência diária e a aventura desse povo, formando sua cosmovisão. Valor semelhante continuaria a ter entre os portugueses essa força estruturante, a que poderemos chamar de celtoportuguesa. E que, como tal, surgirá na epopeia portuguesa e na epopeia camoniana, esta em pleno Renascimento.

Nessa mitologia dos celtas, assim conservada por herança viva entre os portugueses, avultará pela sua importância na aventura histórica, que ela, tal como o foi entre os celtas, é sempre uma aventura interior, ou aventura da alma projectando-se na acção exterior, a procura da imortalidade. Ou regeneração, como o grande mitologema dos portugueses.

Assim essa aventura se teria realizado pelos gauleses nos séculos IV e III a. C., no caminho do sol nascente, até à Grécia para a conquista do ouro de Delfos, imagem terrestre do sol ou Apolo, como imortalidade celeste; ou no caminho do sol poente, caminho dos mortos, para o atingir da Ilha da eterna juventude ou não-morte. Aventura que depois se teria realizado pelos portugueses nos séculos XV e XVI, no caminho do sol poente em busca das Ilhas Afortunadas, Canárias, Madeira e Açores; ou no caminho do nascente em busca do Prestes João, rei-sacerdote, imagem do divino eterno realizado no homem, ou em busca dessa outra imagem da imortalidade, o ouro, pelo caminho marítimo da Índia.

Aventura histórica que já antes os portugueses tinham experimentado e vivido em aventura da alma, nos romances que lhes chegaram das Ilhas Britânicas, *Viagem de S. Brandão*, *Conto do Amaro*, ainda como buscas da ilha paradisíaca onde não se envelhece nem se morre. Ilhas que, tal nessa antiga mitologia dos povos celtas, eram unicamente

habitadas por mulheres detendo a sabedoria e o dom da imortalidade, que elas concediam aos homens, heróis que a mereciam. Ilhas do Outro Mundo, nessa demanda do impossível que são todas as aventuras dos povos célticos: e entre eles, as dos portugueses.

O herói irlandês Maëlduin na sua navegação errante, cantada justamente na *Navegação de Maëlduin*, e que serviria de modelo à *Viagem de S. Brandão* à procura do Paraíso, depois vinda da Irlanda para o mosteiro de Alcobaça e que tanto influiria nos nossos Descobrimentos nesta versão assim já cristianizada, — mas dizíamos, esse herói irlandês chega, na sua aventura marítima, a uma ilha maravilhosa, só habitada por mulheres, sendo recebido, ele e seus companheiros, pela Rainha e suas 17 filhas, com quem se unem: Maëlduin com a Rainha; no dia seguinte, a Rainha convidando-o a ficar na ilha, onde não conheceria a velhice e onde viveria para sempre. Assim, semelhantemente, em dom de união com mulheres divinas, em dom de alimento inesgotável e abolição do tempo, se realiza uma outra aventura da Epopeia Irlandesa, *Navegação de Bran filho de Fébal*: o herói e seus companheiros chegando a uma ilha onde o esperam no porto mulheres, que os acolhem numa mansão, um leito para cada par, e «a comida que se servia em cada prato não se acabava, e parecia-lhes que não estavam aí senão há um ano, mas havia já muitos anos» (cit. J. Markale, *Les Celtes*, p. 290), Ilha das Mulheres;

Emain Ablach, a ilha de Avalon, presidida por Morgana e suas irmãs, Terra das Fadas, conde estão milhares de mulheres estranhas / que o mar claro rodeia», Ilha que acolherá o rei Artur, depois da batalha de Camlan, e onde Morgana o trata de seus ferimentos.

É inegável a semelhança destas descrições com aquela que Camões nos concede da «ilha namorada» da sua epopeia: aqui, o fim da aventura dos lusíadas, seguindo ainda a mesma estrutura mítica daquelas irlandesas: na mesma finalidade escatológica, a chegada à ilha paradisíaca da imortalidade, que ela, será o dom de mulheres sagradas. Expedição ao Outro Mundo, da tradição celta, tal nos surgirá ainda no século XVI a epopeia camoniana, como mais altas expressões da epopeia portuguesa. E nela ainda trazendo as marcas permanentes duma cultura e religião ancestral de carácter ginococrático, no sacerdócio feminino, função incumbida às mulheres de comunicação com o sagrado e seu dom aos homens: como imortalidade. Núpcias e Ágape rituais, iniciação e dom de imortalidade: eis também o que recebem os navegantes lusíadas e seu capitão na «Ilha angélica pintada»: «Ninfas cos seu amados Navegantes (...) As mãos alvas lhe davam como esposas»; Quando as fermosas Ninfas, cos amantes (...) Mandados da Rainha, que abundantes / Mesas, de altos manjares excelentes, / Lhe tinha aparelhados»; Tétis diz: «Faz-te mercê, Barão, a Sapiência / Suprema de cos olhos corporais / Veres

o que não pode a ua ciência / Dos errados e míseros mortais»; e ao deixarem a «ilha divina», «Levam a companhia desejada / Das Ninfas, que hão-de ter eternamente».

Que a Ilha de Camões é um *Sidh*, espaço do Outro Mundo, dos viventes, dos imortais, tal a ilha do Encoberto ou o sub-solo das Mouras encantadas, da herança celto-portuguesa, nos demonstrará ainda a insistência de Camões em caracterizar esse mundo como pertença do «reino de cristal, líquido e manso»; «De cristal toda e de ouro puro e fino» é a mansão ao cume do monte para onde Tétis leva e guia o «Capitão ilustre»; «em cadeiras ricas, cristalinas», se assentam no ágape as Ninfas e seus amantes. Também no *Erec* de Chrétien de Troyes, há um alto barão, senhor da Ilha de Vidro, ilha sem Inverno nem calor demasiado, sem mal; no *Chevalier à la Charrette*, do mesmo autor, Lancelot persegue o raptor de rainha Guenièvre no Reino de Vidro; na *Loucura de Tristão*, Tristão disfarçado em louco declara ao rei Marke que quer levar Iseult para um quarto de cristal; na *História Britonnum*, atribuída a Nennius, os filhos de Mile, na aventura da conquista da Irlanda, vêm surgir no meio do oceano uma torre de vidro; casa de vidro no meio do oceano é também para onde se dirigem os «Bardos Perdidos».

Estes exemplos citados da mitologia dos antigos celtas, nos darão a prova dum *filum inconsutil* vindo desse fundo ancestral, passando pelo inconsciente colectivo dos portugueses e emergindo na alma dum

seu poeta absoluto. Mas ainda, tem de se pôr a hipótese que Camões teria lido no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra o códice de Trezentos onde está contida a narrativa irlandesa, *Vita gloriosissima confessoris Christi Brandani abbatis*; aventura marítima em busca do paraíso terreal, na qual surge também, tal como n' *Os Lusíadas*, uma ilha movediça, caminhando sobre as ondas, ilha «verde e muito frutífera»; só que, nesta cristianização da antiga epopeia céltica da *Navegação de Bran Filho de Fébal*, a ilha não é habitada por mulheres, mas por rebanhos de grandes ovelhas brancas e aves que cantam salmos, detentoras do dom da profecia: almas penadas, purgando seus pecados, em que se transformaram as antigas mulheres sagradas cheias de sabedoria da antiga epopeia irlandesa. A redução dum sacerdócio feminino é evidente aqui, demais que na narrativa se acrescenta que todos esses navegantes errando sobre as águas do mar, em busca do paraíso terrenal de ilha em ilha, eram monges.

Que esta aventura marítima de origem celta influiu poderosamente na história portuguesa e sua epopeia, tão lida e meditada foi pelos portugueses, o revelará o facto da ilha de S. Brandão surgir representada em várias cartas geográficas medievais e ter sido citada por Zurara na sua *Crónica da Guiné* (cap. VII), ao citar as razões que levaram o Infante D. Henrique a descobrir a terra além das Canárias e do Cabo Bojador: «Bem é que alguns diziam que passara por

ali S. Brandão, outros diziam que foram lá duas galés e que nunca mais tornaram».

Outro códice alcobacence, tal como a *Navigatio Sancti Balandani*, de proveniência céltica e tendo tido grande influência na nossa epopeia marítima, é o *Conto de Amaro*: também como procura do paraíso terreal, e que assim, poderemos ver como aventura antecedente de *Os Lusíadas*, e tendo como seu episódio da «ilha namorada» forte parentesco.

Esta aventura nos conta os horrores do Santo, os perigos sofridos num mar de gelo cheio de monstros marinhos, de que os salvou uma formosa donzela e suas numerosas companheiras coroadas de flores: era a mãe de Deus e suas santas. Depois, o encontro com uma solitária Valides, que lhe deu o ramo da consolação, ramo com folhas que sempre eram verdes; da árvore do paraíso. E lhe mostrou o caminho para essa desejada pátria primeira.

Vemos assim que essa presença feminina das antigas lendas célticas, não foi tão expurgada no *Conto de Amaro* como na *Navegação de S. Brandão*: é a solitária que na sua eleição sagrada conduz o Santo à bem-aventurança paradisíaca; e é ela que possui o dom da profecia, anunciando a sua chegada ao mosteiro de Flor de Donas, este por certo como antigo colégio de sacerdotisas pagãs, cristianizado.

Assim, seria a presença também duma ilha misteriosa, habitada por mulheres sagradas doadoras

da imortalidade aos homens, aquela que mais tarde surgiria na epopeia camoniana; ilha situada num espaço que não o desta terra, como Outro Mundo ou Anti-Terra, tal como surge nessas aventuras da tradição céltica do património português. Espaço fora do espaço, ilha encoberta, perseverada pelo nevoeiro, tal ainda como na *Navegação de S. Brandão*. Ou depois, no sebastianismo, a ilha do Desejado. Espaço que na mitologia dos celtas, na sua tipografia e nomenclatura sagrada, se chama um *Sbid*, como abertura, passagem permitida aos homens para o Outro Lado, e conhecimento dos seres imortais, os Viventes que o habitam e lhes concedem seus tesouros e dom supremo.

Ouçamos o que diz um velho manuscrito irlandês do século XII, *Lebor Na Huidre*: na aparição dum desses seres de eleição, aqui uma fada, a um homem: «Um dia, Condlé o rubro... viu aproximar-se dele uma mulher de vestes que pareciam estrangeiras». «Donde vens?» perguntou Condlé. — «Venho, respondeu a mulher, das terras dos vivos, dum país onde não há morte nem pecado nem escândalo. Fazemos festins sem fim que não são preparados» E ela o convidou: «Vem para mim, ó Condlé o rubro. Tu de quem o pescoço tem duas cores, tu que tens a cor das chamas. É um diadema amarelo que mereces. Sobre tua face púrpura. Será o sinal perpétuo da dignidade real de teus traços. Se tu consentes, nunca se verá murchar da tua pessoa a juventude e a beleza. E depois, será o próprio

Condle a confessar aos druidas: «Uma ordem me chegou mais forte que meus conselhos, mais forte que minha potência».

Podemos comparar essa eleição e elevação à categoria sagrada imortal dum homem, realizada por uma mulher-sacerdotisa, àquela outra realizada por Tétis na pessoa do herói Vasco da Gama. O mundo dessa ilha, que na epopeia céltica se chama Ilha Bem-aventurada, ilha das Fadas, Emain Ablach, Ilha dos Frutos, Avalon, Ilha Afortunada: é a ilha da deusa Dana, e de seu povo, os Videntes, Thuata Dé Danann, onde reinam essas mulheres, avatares da deusa, como Prostitutas Sagradas, doadoras da juventude e imortalidade aos homens: «Ilha namorada» de Camões.

Na organização do cosmos dos celtas, ou seus descendentes, aqui os portugueses, haverá assim dois mundos que se opõem, sem se interpenetrarem, formando um todo de opostos, na complementaridade, regido pela dialéctica que se pode designar como vivência de entre-dois. Será esta oposição, que marcará a solução de continuidade, como ruptura abrupta entre os cantos últimos, IX e X de *Os Lusíadas* e os anteriores: pela aparição súbita da ilha angélica, voando nos ares ao encontro dos navegantes. Que esta oposição de dois mundos, e sua possível comunicação, como abertura do Outro Lado em momentos raros e privilegiados, tenha algo de agonístico, estará bem patente em toda a mitologia portuguesa, tanto na lenda como na

história. Bastará citar aqui a lenda das Mouras Encantadas ou a aparição fatasmal da figura feminina na câmara da princesa D. Joana, ao nascimento de D. Sebastião, como anúncio de catástrofe iminente para uma nação.

Por isso também, as epopeias célticas ou de tradição céltica, como a portuguesa não serão susceptíveis duma crítica ou abordagem meramente analítica, dado o seu conteúdo mítico-poético e ainda escatológico. Será a leitura religiosa destas epopeias, a única a poder dar-nos a visão de seu fundo oculto, o que assim nos dará também a chave de seu segredo: na epopeia camoniana esse segredo estará contido no seu último episódio, o da «Ilha angélica». Todo ele estruturado pelo rito, se apresentará assim num cenário de festa, como a expressão verdadeira do sagrado. Na epopeia portuguesa esse segredo estará oculto contido em Alcácer Quibir, como sacrifício do Rei, em rito sangrento.

Os povos, de reunirem suas memórias num quadro sequente e coerente de história, reduzem-no a episódios arquétipos. A história portuguesa e nela sua epopeia, conservará ainda muito desta feição arcaica: tradições, cenários e ritos pré-cristãos, se inserindo aqui muito visivelmente, sobretudo neste último episódio da epopeia camoniana. Na epopeia portuguesa, esse episódio de sacrifício do Rei Cavaleiro, D. Sebastião, sua morte em Alcácer

Quibir seguida de sua ocultação ou dormição na Ilha encoberta, será outro exemplo marcante dessa persistência: e também, como persistência de mitologia céltica.

Num quadro geral, poderíamos considerar a história portuguesa regida pelo esquema próprio dos celtas, como ciclos de catástrofes seguidas (ou na esperança.) de ciclos de regeneração, fazendo-se ao longo de seus tempos sucessivamente, e tendo no topo a figura sacralizada do rei. Ou ainda dum herói santo, tal D. Nuno Álvares Pereira. Como nesse antigo esquema dos celtas, em que muitas vezes a tragédia está concentrada e representada numa linhagem de soberania (aqui como dinastia) seus últimos reis, ou penúltimo marcando, por suas faltas cometidas, (quantas vezes ignotas), o crepúsculo dessa linhagem ou dinastia: tal D. Fernando, depois D. Sebastião, D. Carlos.

Os Lusíadas surgindo justamente nesse ponto de ruptura, em tragédia, ou crepúsculo duma dinastia e duma civilização pátria, — como epopeia dedicada pelo Poeta ou bardo ao seu Rei ungido e predestinado, trará em si toda essa carga agonística de profecia e nostalgia de glórias passadas pátrias. Quando esse bardo conta ao Rei as grandezas e vitórias realizadas pela sua nação, ao mesmo tempo o incita a grandezas e vitórias futuras, em fidelidade a essa sua nação, de que é o responsável eleito, como o Grande-Rei, o detentor da força de fecundidade e da integridade dessa nação, como força mágica de

soberania, que ele usufrui do transcendente, vertendo-a na terra: assim cumprindo a função pontífice entre o cosmos e os homens. Alcácer Quibir representando esse ponto último de ruptura dum ciclo, como perda dessa força mágica pelo Rei seu abandono como rei vencido.

Em todo o sentido de tragédia, devemos ouvir o repto de Camões a D. Sebastião, ao fim de *Os Lusíadas*. — «Por isso vós, ó Rei, que por divino / Conselho, estais no régio sólio posto / Olhai que sois (e vêde as outras gentes) / Senhor só de vassalos excelentes! / (...) Fazei Senhor, que nunca os admirados / Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses / Possam dizer que são pera mandados/ Mais que pera mandar, os Portugueses».

A epopeia camoniana mostrando-se justamente nesse momento da história duma nação, logo seguido por sua brusca queda, esse repto feito ao Rei pelo seu bardo e vate e a oferta a si feita de sua epopeia tendo em si agora a nossos olhos toda a forte carga do que se designa como o sofrimento da história. E ainda toda a história dos portugueses, tal como a história dos celtas, se desdobrando ao longo do tempo como série negra.

Mas também, na saudade dos celtas, havendo a esperança, toda posta no futuro de redenção, — porque unindo a lembrança do passado ao desejo do futuro.

A alma dos celtas, negadora da realidade e anti-histórica, se teria unido nos portugueses ao realismo e experimentalismo prático o mais perfeito; o simbolismo e abstracção caro a essa alma, ao mais perfeito naturalismo e nominalismo, este como atenção ao concreto individual de cada ser terrestre.

Mas será ainda o misticismo cósmico dessa alma ancestral o que impregna e conduz a epopeia portuguesa e camoniana, no seu longo percurso histórico; em todo o seu dinamismo e força do imaginário; sua metafísica, sua mitologia, sua ontologia como organização dual do mundo; sua misteriosa relação, que é união, de espaço tempo, a que formará e conduzirá estas epopeias. Tal como entre os celtas, elas serão, em toda a sua historicidade, e acção exterior, maravilhosas aventuras interiores, espirituais: como procura da terra original, sagrada, ou tesouro supremo.

Procura que, escondidamente persistirá sob a gesta dos feitos heróicos dos Descobrimentos, na epopeia portuguesa e camoniana. Entre as expedições dos celtas partindo da Gália nos séculos IV e III a. C. e as expedições dos portugueses partindo das costas atlânticas nos séculos XV e XVI, uma mesma partilha haverá do fabuloso. Como epopeias mitológicas, elas não têm par na Europa da Idade Moderna. Como sonho, criação do imaginário celta vertido pela razão latina e experiência num acto histórico: tal surgirá essa aventura cantada por Camões n'Os *Lusíadas*.

Esse princípio dinâmico da alma céltica será o que conduz os portugueses na sua descoberta da terra e do céu, expansão e missão. E que, posteriormente na sua época de baixa civilização, os conduzirá na emigração. Tal ainda se teria dado no povo mais genuinamente e intocadamente céltico da Europa, o irlandês: a missão da igreja céltica levada a cabo por esse povo no século VI, notadamente sob a conduta de S. Columbano, percorrendo a Europa, fundando os mosteiros de S. Gall e Gobio, centros propulsores de cultura e ainda sob a conduta de S. Columbano, será muito depois, no século XIX, assumido, como expansão, a forma de emigração para a América do Norte: tal ainda a dos portugueses para a América do Sul, o Brasil, como sonho duma terra paradisíaca levando estes povos sempre para mais longe.

Mais longe, no espaço e no tempo: pois que os povos de alma céltica não viverão somente no presente, mas também e sobretudo no passado e no futuro: ou melhor, viverão o presente e o passado em função do futuro. Havendo sempre no seu presente e passado uma força dinâmica adivinhando e encaminhando-os para o futuro: essa a força da saudade; o presente estará sempre expectante, prenhe do futuro. Esse também, o dinamismo contido nos Painéis de Nuno Gonçalves. E no canto X de *Os Lusíadas*, no longo discurso profético da ninfa Tétis. Será este espírito que impregna a epopeia portuguesa e camoniana. O último canto desta, conterà em si, concentradamente, em epílogo,

como todo o ciclo épico, histórico-mítico dos portugueses.

Quando este povo se sentiu um povo decaído, na sua frustração e desilusão, a «apagada e vil tristeza», como diz Camões, então esse dinamismo se verte na emigração e auto-destruição.

Que diremos agora, cinco séculos passados sobre a concepção da epopeia camoniana, e o ciclo da epopeia portuguesa fechado?: para os celtas, uma aventura histórica que se terminava mal materialmente, correspondia a uma aventura espiritual que se realizava na perfeição, em plenitude.

Porto, 14-VII-1989

Sobre o último episódio de *Os Lusíadas*, ocupando os cantos IX e X, a «ilha pintada», pretendemos fazer incidir três enfoques, o da tradição pré-helénica, céltica e ainda islâmica sufi. Em toda a sua possível disparidade de cenários, sua estrutura será passível duma comparação, pois se reportando todas à mesma fonte, a Tradição, universal e eterna, e assim a um mesmo conhecimento de revelação, ultrapassando os condicionalismos de tempo e espaço terrestres e humanos. Não havendo entre elas contradição, mas somente as marcas humanas desses diversos tempos e espaços; legitimando assim uma sua possível abordagem diversificada e una. Cenários rituais onde foi vertido esse conhecimento universal e que em si conservarão sempre todo seu segredo — e a nós pedindo que o respeitemos; evitando qualquer processo analítico e redutor. Mas somente

um acto de contemplar e rodear, como o aproximar do sagrado.

Três enfoques, dizíamos, que pretendemos realizar sobre este episódio da ilha de Camões, dentro dessa tradição universal. Mas nesta, pareceu-nos que o ensino sufi, levará mais longe, porque dando uma amplitude cósmica e escatológica a todo o conhecimento de iniciação aí vertido cripticamente nesse episódio da ilha divina. Por isso, o deixamos para o fim, porque nesse conhecimento haverá assim um ultrapassar, em plenitude, dessa iniciação doada ao herói português pela minha Tétis.

Este facto advindo, nos parece, duma limitação agora a nós imposta por estas duas primeiras tradições: a pré-helénica e celta, das quais todo o conhecimento iniciático doado nessas ilhas do Outro Mundo estará agora para nós perdido, pois não nos tendo chegado pela escrita. Conhecimento transmitido oralmente, no passado dentro dum grupo de eleitos iniciados, a nós só teria chegado a memorização desses lugares onde, entre vida e morte, os homens recebiam esse conhecimento da verdade suprema, ou a usufruição do estado paradisíaco, doado por mulheres consagradas sacerdotalmente, como representantes da Deusa-mãe. Ao passo que esse outro conhecimento, já numa idade posterior num ciclo de civilização e religião posterior, não mais matriarcal mas patriarcal semita, o do islamismo, nos virá doar, pela tradição escrita, todo esse conteúdo, agora na sua amplitude

escatológica e cosmológica. Havendo assim nele, uma abertura, revelação última, que completará o que as anteriores nos tinham calado. Agora a nós, só cripticamente dito pela simbólica, na imagética perdurando na eternidade da pedra.

Assim, se bem contemplarmos esta tradição, impressa nas nossas lápides sepulcrais lusitano-romanas, vemos a mesma ascensão concedida ao iniciado (aqui como morto) que ascendeu às esferas superiores do cosmos, e participa da imortalidade gozada na Lua, e supremamente no Sol e nas estrelas. Assim representados, surgem os celtas romanizados, Rufino e Reburino, nas suas lápides do Picote (Miranda do Douro): suas cabeças identificadas ao sol, na suástica flamejante e rodeadas pelos símbolos da Lua e o círculo de estrelas. Tal será ainda, milénio e meio, depois o processo de ascensão, mas em vida, de Vasco da Gama n'Os *Lusíadas*. Essa ascensão com que também Dante de etape em etape, através da saída do *Inferno, Purgatório e Paraíso*, foi revestido: sempre subindo, sucessivamente, «daí saindo, nós tornamos a ver as estrelas»; «puro e preparado para subir até às estrelas», até à união última do «Amor que move o Sol e as outras estrelas».

Assim, desde esses celtas de Trás-os-Montes até ao herói da epopeia camoneana, um mesmo processo de iniciação — num mesmo conhecimento tradicional, dos mais fundos arcanos portugueses, estará contido e dito. Conhecimento a que um poeta

iniciado português do século XVI, deu toda sua amplitude e explicitação, por outro seguinte veio secreto duma mesma tradição portuguesa, a islâmica. Será esta a que agora nos propomos de abordar.

UM RELATO DE FONTE GNÓSTICA

Partimos do pressuposto ou hipótese de trabalho, que todo o episódio da «ínsua divina que termina a epopeia camoniana, como vero «finis», meta visada e sua completude, é um relato cifrado. Contendo uma experiência espiritual, como súbita e inesperada chegada ao paraíso terreal, seguida duma purgação, uma ascensão à montanha cósmica e terminando numa iluminação última de carácter escatológico e cosmológico, sob a pedagogia angélica da ninfa «mor», Tétis. Iniciação marcadamente de tipo oriental hermético e gnóstico. As presentes páginas pretendendo assim ser um itinerário de investigação de possíveis fontes islâmicas, sufis que Camões teria conhecido e dentro das quais teria organizado este episódio de sua epopeia.

Assim, continuaremos a senda aberta na exegese deste episódio, por António Telmo no seu livro, *A Chegada dos Maniqueus à Ilha de Camões*. E agora por nós prosseguindo nesta senda, mas ainda

particularmente nela procurando uma possível influência do relato visionário de Avicena.

Para além do modelo da *Divina Comédia*, visível neste episódio, ela já influenciada por essas fontes islâmicas como o demonstrou há várias décadas Miguel Asin Palácios, poder-se-á pôr a hipótese dum conhecimento directo por parte de Camões dessas mesmas fontes e nelas notadamente desse relato de Avicena: como viagem iniciática, chegada a um *clima* intermediário entre Oriente e Ocidente, rematando-se nessa ascensão celeste sob a conduta do seu Anjo: como demanda do peregrino de seu vero Eu transcendente e conhecimento dos mistérios divinos. A «ilha fresca e bela» surgindo n'Os *Lusíadas* semelhantemente como o mundo do Anjo, tal o da visão especulativa de Dante; e também de Sohrawardi, demais místicos e poetas persas e iranianos: mas sobretudo de Avicena.

Tudo levando a crer que na epopeia camoniana, no seu relato concreto, nessa realidade e referência histórica e geográfica constante e ainda estruturada simultaneamente pelo esquema mítico greco-romano, e religioso cristão, como aventura heróica fidedigna, situada no tempo e espaço terrestre, se insere uma aventura espiritual de carácter secreto, misterioso: esta sendo como a justificação de toda a aventura épica feita na terra e já longamente narrada nos seus cantos anteriores: os últimos, IX e X, sendo como a cúpula, tal a dum templo, marcando o ponto de transcendência e justificação de toda uma

aventura anterior: a dessa gesta dos navegantes lusíadas na descoberta do caminho marítimo para a Índia; e ainda, em si trazendo o relato total da história de Portugal, porque descendo até seus primórdios no tempo.

Nesta gesta, assim como ousamos supor, no *Esmeraldo de situ orbis*, (vd. nosso ensaio: o *Esmeraldo de si orbis e a Visio Smaragdina* — revista *Leonardo*, n.º 2, 1988) ambas como obras eminentes da literatura quinhentista portuguesa, dos Descobrimentos se inserira um nódulo de sabedoria oriental, de carácter visionário hermético, tal como foi intuído e transmitido pelo esoterismo islâmico, o sufismo. Para Duarte Pacheco Pereira, esse nódulo teria talvez seguido a obra de Ibn-al-Wardi, *Pedra preciosa das maravilhas e pérola das coisas memoráveis*. Para Luís de Camões, esse nódulo secreto teria seguido a obra de Avicena, o ciclo do *Relato visionário*, também como iniciação ao Oriente.

Sentido cosmológico e iniciático, científico e espiritual — eis também o traço comum, supomos, que ligará estas duas obras portuguesas de Quinhentos, *Os Lusíadas* e *Esmeraldo de situ orbis*. Onde, num tratado de marinharia é cartografia dum seu insigne cosmógrafo e numa epopeia dum seu insigne poeta, através de dados históricos, geográficos, astronómicos e náuticos rigorosamente estabelecidos, se insere no fim da epopeia (e por certo se inseriria no fim do tratado de marinharia,

em projecto não realizado) um relato gnóstico de iniciação, na sua ficção islâmica: como verdadeira meta das aventuras aí descritas.

Ousamos avançar a hipótese da obra do árabe Ibn-al-Wardi (sem uma nossa possível leitura directa de seu texto, só pelo seu extenso e explícito título), ter sido um desses relatos visionários gnósticos do património islâmico: e que por ele teria informado o percurso último e a vera meta (só idealizada) dos dois últimos livros do *Esmeraldo de situ orbis*. Semelhantemente, mas então com um conhecimento mais perfeito, porque através das citações completas insertas no livro de Henry Corbin, *Le Récit visionnaire d'Avicenne*, assim como de seu exaustivo estudo — avançamos agora a hipótese que a obra deste autor árabe, de importância relevante nesse património gnóstico islâmico, teria em muito influenciado os dois últimos cantos de *Os Lusíadas*. Influência que se teria junto à do poema de Dante, sobretudo, e à *Odisseia* e *Eneida*: como as três obras que formarão o conjunto supremo das aventuras iniciáticas do património espiritual do Ocidente.

Tanto a obra de Camões como a de Duarte Pacheco Pereira, pontos altos da cultura portuguesa de Quinhentos, terão, pode-se afirmar sem dúvida para a primeira, ou vislumbrar para a segunda, um fecho grandemente influenciado pela sabedoria islâmica hermética, como iniciação do peregrino e herói numa aventura espiritual interior, e simultaneamente exterior histórica. Duarte Pacheco

Pereira nos falará somente do primeiro e longo percurso dessa aventura, calando para todo o sempre a chegada, à meta final e desejada. Camões falará semelhantemente do primeiro e longo percurso dessa aventura mas depois ainda descrevendo, embora cripticamente, a chegada a essa meta final e desejada, como iniciação última.

Meta final e desejada que nesta aventura é a «ilha namorada». Ilha que não está compreendida no nosso espaço físico cósmico. Mas faz parte da terra celeste que começa na superfície convexa da nona Esfera, a última envolvente das demais, segundo o sistema de Ptolomeu. Sistema cosmológico onde, notemos, se integram sempre as aventuras espirituais dos filósofos e místicos do sufismo. Assim, todo o episódio último da epopeia camoniana se dando numa transespacialidade, a do mundo arquétipo. E assim ainda e também, numa transtemporalidade: está-se na eternidade, como tempo absoluto: e é nela que assim se irá dar a profecia de Tétis, descrevendo aos navegantes lusíadas a história futura de Portugal. Porque há de facto uma ruptura, uma descontinuidade, entre níveis ou estados do ser, nesse súbito momento do aparecimento da Ilha aos navegantes. Nesse momento eles saltam para fora da Terra terrestre. A Ilha é uma terra mística, absoluta, Terra da Verdade, onde se irão dar as epifanias: os navegantes poderão

ver os futuros heróis de sua história pátria; e ver os Anjos, com eles se unirem e deles serem iniciados.

Vasco da Gama, como herói espiritual arquétipo e com ele, todos os seus companheiros navegantes, atingiram o extremo oriental do universo, o que é habitado por anjos. Penetraram nessa terra como o «oitavo clima», clima intermediário, das «almas celestes» que movem as Esferas: tal como na primeira parte desse Relato o de *Heyy ibn Yaqân*, de Avicena. A cosmologia deste mestre espiritual processando-se toda entre um Ocidente cósmico e um Oriente cósmico: e é este que «orienta» toda a aventura do herói, como centro da terra. «Terra de luz», opondo-se ao nosso Ocidente, mundo de corrupção de nossa Terra material. Note-se a ênfase que Camões deu ao cristal e ao ouro, corpos translúcidos e incorruptíveis, na descrição dos «paços radiantes / E de metais ornados reluzentes», onde se realiza o banquete: «Ali, em cadeiras ricas cristalinas, / Se assentam dous a dous, amante e dama; / Noutras, à cabeceira, de ouro finas, / Está coa bela Deusa o claro Gama: (C. X, 11-111).

Depois de conhecer este clima da Matéria celeste ou mundo subtil, o herói chegará finalmente ao «Oriente», ao polo celeste, à montanha do Qâf, centro do mundo, nesse esquema e cenário próprio das aventuras descritas por esses místicos gnósticos do Islão: tal ainda e também o *Relato do Exílio Ocidental* de Sohrawardi; rochedo de esmeralda translúcido. «Não andam muito, que no erguido

cume / Se acharam, onde um campo se esmaltava /
De esmeraldas... ». Mas que, semelhantemente a
essas aventuras, necessita antes um difícil percurso,
vencendo provas, como purgação e abandono dos
sentidos sensíveis: aqui, a travessia desse mato
«árduo, difícil, duro a humano trato» (C. X, LXXVI).

Só então, é que merecerá, em ascensão espiritual,
conhecer as almas que movem as Esferas, *Angeli
coelestes*; visão da terra em estado puro, criada pela
ideia primeira, ou arquétipo: esse globo, «Uniforme,
perfeito, em si sustido, / Qual enfim o Arquétipo
que o criou». Os céus que Vasco da Gama e seus
companheiros vêem, não são os céus do mundo
sensível, mas sua imagem exemplar, arquetipal: e
vistos com os olhos ultrasensíveis. Visão própria
dum estado extático.

Aventura espiritual, onde mística, filosofia e
alquimia, ou melhor, filosofia hermética, se
conjugarão, tal como nessas outras aventuras do
sofismo.

UMA CERTA TIPOLOGIA

A arte alquímica era então nesse tempo de Camões vista como a vera filosofia: e esta ainda, não como puro exercício intelectual, mas obra de sabedoria da vida. Assim ela foi considerada no Ocidente durante a Idade Média e ainda depois do Renascimento, até ao século XVII. Por isso, a meditação sendo também considerada indispensável na *Obra*. E agora e ainda, será também a meditação, como outro tipo de exegese, o que o episódio da Ilha de Vénus, nos pedirá. E exegese que, toda ela, será como a possibilidade de transmutar em símbolos os dados concretos inscritos nesse episódio. Onde um naturalismo será a aparência primeira ou paralela, duplicemente, dum real imaginário, desenrolando-se num outro espaço, fora do tempo.

Parece-nos que o segredo português (que ele, transcenderá todos os dados e limites racionais) só poderá ser aproximado (não explicado, decifrado ou aberto), quando a investigação dos portugueses

(dentro de suas possibilidades humanas), for realizada unidamente pela história de sua filosofia e pela história de sua espiritualidade.

Investigação essa que também só por si lhes poderá conceder, ainda e sobretudo como o mais importante, o conhecimento do ponto onde estão nesse justo momento do tempo, ou etape de seu percurso espiritual: que por ele, será de âmbito existencial e gnoseológico. É nesta finalidade suprema, e a ser iniciada nos nossos dias, como auto-gnose, que se deve prosseguir toda a investigação agora proposta aos portugueses na sua cultura. E que por ela ainda, irá constituir o nódulo de sua filosofia da história.

Será também neste fito que tentaremos este ensaio sobre o episódio ocupando parte do canto IX e todo o canto X de epepeia de Camões. Episódio que ele, nos surgirá como uma dessas etapas ou proposições mais peculiares de toda a história da espiritualidade portuguesa. Numa das mais altas manifestações desses seus arquétipos e *dramatis personae* que surgem nas suas *hierofanias* que, em recorrência, ciclicamente ao longo dos séculos, constituem a tipologia da nossa espiritualidade: continuamente na sua existência oculta, descontinuamente na sua existência aparente, a nossos olhos visível e quotidianamente.

Etapa que na epepeia camoniana, será apresentada como uma iniciação dos navegantes lusíadas e seu Capitão, em sentido e âmbito cosmológico: nessa hierofania da «máquina do mundo». E iniciação que

por ela ainda, como conhecimento derradeiro de gnose, em si trazendo a marca pessoal duma experiência vivida, e não puramente teórica, virá vasada em todo o aparato do sistema rigoroso do universo ptolomaico.

Hierofania nesse decorrer dos séculos da história da espiritualidade portuguesa, situando-se entre aquelas outras, medievais, como as altíssimas integradas na *Visão de Túngulo Demanda do Santo Gaal*, *Conto de Amaro*, *Corte Imperial*, *Boosco Deleitoso*; e depois, *Obras de D. Manuel de Portugal*, *Barcas vicentinas*, *Trovas de Bandarra*, *Nova Floresta* — até àquelas concedidas a Fernando Pessoa em Lisboa e a Teixeira de Pascoaes no Marão.

Formas diversas visionárias, na mística, escatologia, profecia ou poesia que traduzirão sempre manifestações duma mesma e específica tipologia nacional: que por ela ainda, apontará para uma mesma interpretação da vida e do mundo, incessantemente se modulando diferente na sua perene identidade: e que terá *orientado* e conduzido a alma do homem português no seu percurso através de toda sua história, como longa peregrinação.

Permanência e singularidade que será a feição específica dessa tipologia portuguesa, que vê esta vida processando-se simultaneamente ou sucessivamente, entre mundo visível e mundo invisível natureza e surnatureza, ambas aceites e vividas na sua plena realidade. É este espaço ontológico, de estrutura dual e una, em que sempre

se situará o homem português verdadeiro, e no qual sempre decorrerão suas aventuras as mais altas, como aventuras espirituais. Será uma delas que constituirá o fim do canto IX e todo o canto X da Epopeia de Camões. Esta estrutura do mundo e da vida, estará supremamente expressada na sua poesia épica, nestes últimos episódios da «ilha alegre e namorada»; na sua poesia lírica, nas Redondilhas «Sobolos rios que vão».

Que esta feição última e nesta obra lírica, o mundo visível, a vida terrena, em face do mundo invisível, a vida celeste, surja numa acentuada desvalorização de tipo platónico, todo o cenário nas margens desses «rios que vão», como o efémero e ilusório e todo o discurso declarado numa intensa vibração passional, colorida assim muito acentuadamente pelo sentimento, próprio desse drama do cativo aí vivido pelo exilado, em reminiscência e esperança de sua pátria celeste, Sião — será a marca distintiva duma poesia lírica. Como a que em si não possui a necessária distanciação, impassibilidade já atingida pelo herói, como a própria dessa outra poesia, a épica. Marca que ainda, virá acentuar o caminho percorrido sem dúvida pelo próprio poeta, entre a situação do cativo nos liames da terra, e aquela do liberto, como iniciado; ou entre a vivência da saudade e sua transcensão, já no gozo do eterno presente, fora do tempo.

Entre o poeta cantando o «Doce canto em terra alheia», seu cativo junto do rio heraclitiano do

tempo, e Vasco da Gama na contemplação da eternidade pelo espectáculo cosmológico das múltiplas esferas e regiões astrais, mostradas pela Ninfa angélica e iniciadora, em toda a sua humana libertação — um longo caminho percorrido haverá. Serão estas as duas faces dum mesmo processo, ou caminho, a um tempo existencial, noético, escatológico, profético e cósmico, dado através da poesia lírica e épica de Camões, em toda a sua polifacetada problemática, viva e vivida. Caminho e meta já indicados nas Redondilhas: «Cale-se esta confusão / Cante-se a visão da paz».

Porque, nestes relatos espirituais do património português, uma tónica haverá ainda comum: eles são trechos vividos existencialmente, como múltiplas aventuras dum eterno Estrangeiro ou Exilado sobre esta terra. Nela de passagem; «Planta sois e caminheira», como diz o Anjo à Alma, no auto vicentino; mas nesta terra tendo de cumprir seu dever, como serviço de Deus, a si incumbido. Será esta finalidade a que, por sua vez distanciará estes relatos, e ainda aqui os de Camões, do vero carácter do homem platónico, tal aquele que vê esta vida unicamente como um cativo da alma, sem valor e sentido em si, puro intervalo doloroso e saudoso, entre uma sua passada e futura existência celeste. Mas antes, concedendo a esta vida e terra para onde foi enviado, em serviço e não condenado, todo o valor em si; marcando assim o nosso existencialismo com o optimismo cristão, longe de qualquer niilismo,

desespero ou sem-sentido; mas antes, com essa exultação na dor e sofrimento aceites. E que por si ainda, revelará toda a força da alma desse Exilado português — como o que possui a suprema sabedoria de ser totalmente livre na obediência. Nessa feição própria da religião dos portugueses, como religião da vontade.

Toda esta aceitação e louvor do sofrimento, será a que está supremamente inscrita na *História Trágico-Marítima*: onde, em cada desastre, sofrimento havido, se dará graças a Deus.

Retomando agora a nossa problemática da Epopeia, um facto haverá a pôr-se indubitavelmente perante nós: Camões não colocou o fim, a meta, o sentido último da viagem, a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, na chegada a essa Índia, como missão cumprida. Mas sim na viagem de regresso à pátria e chegada à «Ilha fresca e bela». Tudo levando-nos a crer que esta ilha será uma das triplas circunscções da Terra, tal como Avicena tipificou no seu relato visionário, intermediária entre Oriente e Ocidente, onde se dão as visões e símbolos concedidos pelos profetas — aqui a «ninha mor». A pedagogia do Anjo sendo assim solidária dum processo de individuação, tal o do iniciado, aqui Vasco da Gama. Processo que, começando nesse «monte alto e divino» e nessa chamada, interpelação, com toda a autoridade de mestre, «segue-me firme e forte, com prudência» feita pelo Anjo terrestre, Tétis, como companheiro e

guia num itinerário espiritual, culminará nessa ascensão através das Esferas celestes até ao empíreo transcendência pura, lugar onde Deus habita na visão escatológica e cosmológica da «máquina no mundo». Tétis, e embora em mestrado menor, todas as ninfas da Ilha enamorada, tal os anjos do relato de Avicena, serão como o duplo ou Natureza perfeita de cada um dos Navegantes lusíadas e seu Capitão, como iniciados.

CAMÕES
E O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ
DE COIMBRA

Pondo esta hipótese, procuremos confirmá-la, na medida do possível, pois para além de certo limite, e este o fundamental, o rasteio de forma exaustiva do fundo da livraria do Mosteiro dos Crúzios ao tempo de Camões, se mostra impossível, pelas razões que adiante apontaremos.

Onde e quando teria podido Camões contactar com as fontes islâmicas esotéricas? Em Ceuta, durante sua estadia forçada de 1537 a 1539? Na Índia, durante seu exílio de 1553 a 1570? Ou já antes, em Coimbra, na mocidade durante seus estudos? Estudos aí cumpridos, que todos os investigadores da vida e obra do Poeta, estão de acordo em aceitar.

Severim de Faria, autor bem informado sobre Camões, diz-nos: «Sendo moço, foy estudar a Coimbra que então começava a florescer em todas as Sciencias por benefício de El-Rei Dom João III». Toda a vida de Camões está envolta em brumas, e muito particularmente este seu período. O Poeta não

se acha inscrito nos registos da Universidade. Mas ao tempo, seu tio D. Bento de Camões, geral do Mosteiro de Santa Cruz, era também Cancelário da Universidade. O que nos leva a crer, com todas as probabilidades, que o poeta teria estudado nas escolas do Mosteiro. Teófilo Braga dirá: «D. Bento de Camões, cónego regente do opulento mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Cancelário da Universidade, depois da sua mudança de Lisboa em 1537, e Prior da aristocrática ordem. Sobre o poeta exerceu este tio uma influência decisiva nos estudos menores que cursou no internado dos Colégios de S. João e de Santo Agostinho, fundados no mosteiro de Santa Cruz, para onde convergiam todos os filhos das famílias nobres portuguesas» (*Hist. da Literatura Portuguesa-Renasença*, p. 395, Liv. Chardron, Porto). António Cruz ao investigar «novas e possíveis fontes do poema camoneano», notadamente sobre uma passagem relativa a S. Teotónio, dirá: «Para melhor esclarecimento e conclusão, muito importava reconhecer que este (Camões) frequentou as escolas de Santa Cruz, durante o período de sua vida que foi vivido em Coimbra. E tanto pode acontecer naquele dia em que apareçam os cadernos que ainda faltam no conjunto dos livros de matrículas nessas escolas, para além daqueles que foram encontrados, identificados e logo publicados pelo Prof. Cândido dos Santos, em 1972. Todavia, embora não aluno das escolas de Santa Cruz — o que se julga inadmissível — nem por isso sabemos que tivesse

ficado vedado a Camões algum dia o acesso à *Vida de S. Teotónio* e a outros manuscritos da canónica que também e comprovadamente serviram de fontes para a composição de *Os Lusíadas*. O mesmo acesso ser-lhe-ia facilitado sem dúvida, pelo seu familiar e geral do mosteiro, D. Bento de Camões (*D. Teotónio, Prior de Santa Cruz*, in, *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX*, p. 42).

Entre outros investigadores, será ainda Joaquim de Carvalho a inclinar-se pelo facto de Camões ter realmente realizado seus estudos em Coimbra: «Será infundado supor que em Coimbra, ao estudar o curso de Artes, como tudo indica que estudou...» (*Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI*, Vol. I, p. 248). Mas será ainda o mesmo Mestre a afirmar quão difícil é uma investigação sobre essas fontes de leitura que Camões teria levado a cabo em Coimbra, na Universidade ou em Santa Cruz. Em relação a este mosteiro e sua livraria, dirá ainda: «Com tão lamentável falta de elementos não pode formular-se um juízo incontroverso sobre a forma como Camões adquiriu os conhecimentos históricos-filosóficos que sua obra acusa» op. cit. p. 251).

As dificuldades são múltiplas. António Gomes da Rocha Madahil, aponta as principais: tais como o facto dos cronistas de Santa Cruz terem sido parcimoniosos no registo do recheio da livraria do Mosteiro; além disso, o sudário irreparável já antes de 1834, dos arquivos eclesiásticos e que Herculano expõe ao governo em 1857; a cultura tinha decaído

tanto que, nas suas próprias palavras, «Por quasi todos os arquivos se encontram pergaminhos nas costas dos quais se escreveu a palavra fatal, *inútil* (...) sentença de condenação». O que explica «a razão de tão pequeno número de manuscritos conservados em Santa Cruz de Coimbra até à extinção das ordens religiosas»; palavras agora de Rocha Madahil. (*Os Códices de Santa Cruz de Coimbra*, in Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. 8, 1927, p. 406).

Mas, entre todos estes descabros, o mais irreparável, com foros de calamidade nacional, seria a destruição perpetrada pela nacionalização das ordens religiosas e consequente pilhagem sistemática nelas levada a cabo. Em 15 de Maio de 1834 ficaram incorporados nos bens nacionais os conventos, já então abandonados. Em 30 do mesmo mês um decreto de Joaquim António de Aguiar extinguiu todas as congregações religiosas e incorporava os seus bens na Fazenda Nacional. E 4 de Junho do mesmo ano há o mandato de executar o decreto de 30 de Maio, estabelecendo que se fizesse um inventário parcial das *livrarias e manuscritos*, e que se não vendessem imediatamente, mas se conservassem em depósito seguro até ulterior determinação. Nessa série frenética de decretos que então se sucediam uns aos outros, surge em 9 desse mês de Junho, aquele que punha à disposição do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra os livros raros e preciosos e pinturas existentes no mosteiro de Santa Cruz de

Coimbra para serem incorporados na Biblioteca ou Museu; foi essa Portaria do Ministério do Reino que não foi cumprida, por o perfeito da província do Douro pôr dúvidas à entrega das Livrarias das Congregações sem inventário legal. Seguiu-se a rapina de livros e preciosidades do mosteiro, — como um dos aspectos da anarquia organizada, então vigente no país. «Os bons manuscritos da Casa já não figuram nos cadernos do inventário da livraria de Santa Cruz de Coimbra, datados de 1835, que na Biblioteca da Universidade encontramos», diz ainda Rocha Madahil (op. cit. pp. 413-414). Acresce para o desaparecimento da biblioteca deste mosteiro, que a escolha que nela realizou Herculano, foi sob critérios pessoais e ainda restritiva, por receio de não ter a aprovação dos liberais, se demasiadamente longa.

Estas serão as principais razões da impossibilidade de julgar com rigor se Camões teria ou não bebido seu saber sobre o esoterismo islâmico, notadamente do avicenisimo, durante seus estudos neste mosteiro dos crúzios.

Mas tudo o leva a crer, dada a riqueza desta sua livraria e notadamente seu largo âmbito de erudição. Nesses anos da mocidade do poeta passados em Coimbra, a Inquisição e Contra-Reforma não tinham ainda cindido em Portugal a fecunda interacção das três etnias e três culturas, cristã, judaica e islâmica. Em relação a est. 80 do canto X de *Os Lusíadas*, e todo seu saber aí incluso, dirá Joaquim de Carvalho, notadamente a propósito da criação do mundo por

Deus, *ex. nihilo*. «Pela sua formação religiosa e filosófica, Camões não podia ter outra opinião; mas afirmando-a não o fez em termos simples da fé popular, porque os conceitos empregados implicam o conhecimento de quem um dia estudou este assunto e tão larga elaboração doutrinal na patrística, e na escolástica das três religiões: cristã, judaica e maometana» (*Est. sobre a Cultura Portuguesa do século XVI*, vol. I, p. 233).

Acrescerá o aspecto destas três religiões, então também partilhado no seu aspecto gnóstico. Ouçamos agora Henry Corbin: «La Gnose n'est pas un phénomène particulier à une religion; elle est une *Welt-Religion*. Il y eut une Gnose en Islam como il eut une Gnose dans le Christianisme, et ces Gnosés ont entre elles plus d'affinités, certes, que les formes religieuses officielles à l'intérieur desquelles elles faisaient secrètement pénétrer leur esprit (op. cit., p. 16). Acrescentemos ainda as palavras do mesmo Autor: «La philosophie n'est pas elle-même qu'un symptôme partiel du secret qui transcende tous les énoncés rationels, et qui tend à s'exprimer dans ce que l'on peut appeler globalement une spiritualité, daquelle englobe tous les phénomènes et expressions de la conscience religieuse» (op. cit., p. 18).

A propósito da muito provável existência de livros dizendo respeito a este aspecto do islamismo, notemos no mosteiro de Santa Cruz ao tempo de Camões, a presença dum notável erudito relacionado com a cultura islâmica. Ouçamos o Prof. Dr.

Augusto Rodrigues: «Os crúzios não frequentavam a Universidade porque tinham em sua casa todo o apetrechamento e Mestres competentes que davam lições (...) continuando uma tradição longa que remonta à Idade Média. Santa Cruz mantinha dentro de seus muros uma escola notável de estudiosos que muito contribuíra para a elevação cultural do país (...) Entre esses mestres, ao tempo de Camões, note-se a presença de D. Pedro de Figueiró que tomou hábito como cônego regrante de Santo Agostinho em 9-IV-1542, quando era geral do Mosteiro D. Bento de Camões. Célebre pelos seus conhecimentos de hebraico, aramaico e árabe. Na Biblioteca Municipal do Porto existe um valioso códice da autoria de um certo Fr. Pedro, no qual se encontram vários apontamentos em grego, hebraico, siríaco, árabe e etíope e ainda uma Arte Arábica. A dada altura deparamos com uma referência muito elogiosa a D. Pedro de Figueiró. Escreve o autor do texto que aprendeu o grego e o hebraico do «seu preceptor D. Pedro, o qual pela sua grandíssima sabedoria era cognominado o *hebreu*. Era também muito douto na Sagrada Escritura, grandíssimo filósofo grego e hebraico, cuja língua hebraica aprendera de Emôncio (sic) Roseto, de França», *Os Estudos Teológicos e Bíblicos no Mosteiro de Santa Cruz no século XVI*, in, *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX*, p. 125.

Notemos ainda, o facto de haver, a partir do século XII na Europa, versões hebraicas de um dos

relatos da trilogia de Avicena, o de *Hay ibn Yaqzan*: uma imitação poética atribuída ao célebre Aben Ezra (1124); uma tradução literal de desconhecido e com comentário de Ibn Zayla, discípulo do próprio Avicena. E este facto, relacionemo-lo com os vastíssimos conhecimentos do hebraico e árabe, de D. Pedro de Figueiró: e a possibilidade da existência no seu mosteiro de alguma destas traduções de Avicena.

Citemos ainda a observação do Dr. António Cruz, a respeito das possíveis leituras de Camões nas Escolas deste mosteiro, notadamente das suas obras não registadas e vindas até nós: «Porém, que dizer quanto aos manuscritos, que observou quanto a esses textos não arquivados em quaisquer outros códices existentes, como os que pertenceram à livraria de mão do mosteiro?», (*Honesto Estudo com longa experiência misturado*, p. 22). Dada a riqueza e vastidão da livraria deste mosteiro, será impossível de aceitar que nela não existissem obras deste filósofo árabe. Demais num mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho. Pois que no Ocidente se difundiram duas formas que a filosofia do mestre tornou desde a Idade Média, o augustinismo avicenisante e o avicenismo latino; formas que mais adiante estudaremos. Dessa última, havia então no Ocidente os seguintes textos: um tratado *De Anima*, atribuído ao arqui-diacro de Toledo Dominicus Gundissalinus (entre 1126 e 1150) tradutor de Avicena; um tratado que figura na edição latina de

Avicena impresso em Veneza em 1508, sob o título *De Intelligentiis*; um tratado com traços de influência gnóstica dum anónimo do século XII. Estas serão algumas notas aqui consignadas, poucas e esparsas, em relação à possibilidade desse conhecimento de Avicena por parte de Camões durante seus estudos em Coimbra. [Podendo ainda pôr-se a possibilidade deste conhecimento ter sido feito enquanto sua estadia em Ceuta ou mais provavelmente, em Goa. Joaquim de Carvalho, a propósito da proibição com que o Poeta se esclarecia dirá, «em Goa não descurou a ilustração do espírito», *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI*, vol. I, p. 264.

Em relação ao conhecimento do filósofo árabe em Portugal, nos séculos XV e XVI, apontaremos os seguintes factos: em 12 de Julho de 1423, o infante D. Pedro obteve da Livraria do Cabido de Lisboa, em cedência, uma obra de Avicena; e que o rol da livraria de D. Duarte menciona a existência de «livros Davicena», (J. de Carvalho, *Sobre a Erudição de Gomes Eannes de Zurara*, in *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, vol. I, p. 139). Será ainda o mesmo Autor a indicar na livraria de Fr. Diogo de Murça, a obra *Avicena Testorii*, pondo a pergunta se será um comentário ao *Canon* de Avicena, (*A Livraria de um Letrado do século XVI*, in *Est. sobre a Cultura Portuguesa do século XVI*, p. 184).

Será altura devida de aqui transcrever a indispensável elucidação sobre a influência de Avicena entre nós, concedida em carta particular

pelo meu colega e amigo, Pinharanda Gomes (14-4-1989):

«No fim do século IX é que em boa verdade irrompe a primeira grande sistematização da filosofia muçulmana. Até ao século IX vive-se um tempo de transe e de procura, com notória recusa do saber helenizante, preferido pelos sírios, e altiva concentração dos fiéis na contemplação do Corão e seus valores. O primeiro fenómeno, em que helezantes e coranizantes se encontram, em tentativa de adequar a sabedoria natural à revelação, surge na confraria (muito típica do mundo islâmico) Irmãos da Pureza, ou Irmãos do Coração Puro. Partindo de uma via que acabara na ismailia, os Irmãos da Pureza levaram a efeito a enciclopedização de todo o saber, orientando para os últimos fins e projectos do Islão: fazer de toda a terra a casa de Deus.

Avicena é um homem do século X, mas o referencial a Oriente, em filosofia, passa pela iniciação no enciclopedismo da Confraria. Agora: a mística peninsular, sobretudo em Andaluzia, reflecte logo, já o conhecimento dos Irmãos, já, sem dúvida, o conhecimento de Avicena. Este, é lido em Zaragoza, Granada, Sevilha, Mérida, e outras escolas. O seu influxo nos poetas e pensadores muçulmanos do século XI, Ibn Hazm, Ibn Tufaíl, e, a meu ver ainda melhor, o nosso Ibn Asside de Silves, nesse celeste texto que se chama *Livro dos Círculos*. Há, porém, um avicenismo puro? Duvido. Ele vem misturado com outras importações do Oriente, de

modo que o Ocidente islâmico repete e copia, até à decadência (situada no magistério de Averróis) a aurora oriental.

O que se diz dos muçulmanos diz-se dos judeus, mormente de Maimónides, que teve influência de Avicena, ainda que, obviamente, Maimónides haja orientado o seu avicenismo para um entendimento mais aristotélico, e tenha adaptado a leitura islâmica à leitura judaica.

Na Escolástica cristã, julgo que Avicena se torna conhecido, já a partir do convívio de Toledo, no século XII, já a partir do *Speculum Maius*, de Vicente de Beauvais, livro muito copiado nos conventos, etc. A teoria intelectual de Avicena, e tida como modelar e, por exemplo, a teoria do intelecto de Pedro Hispano parece ser avicenizante. É esta, pelo menos, a demonstrada tese de João Ferreira, nos vários estudos dedicados a Pedro Hispano. No entanto, o Avicena mais conhecido da escolástica latina é o médico. Os livros dele que D. Duarte possuía eram, sem dúvida, os livros médicos e, numa receita — «Mezinhas que rompem apostemas depois de maduras» Avicena é evocado como a autoridade que dá aceitabilidade à receita. Nas escolas médicas, Avicena foi seguido até ao século XVIII, a par de Galeno.

O que é avicenismo latino? Mutatis mutandis é o que foi o averroismo latino. Uma tendência, nas escolas, para se seguirem as doutrinas de Avicena e Averrois num processo em que o nosso Pedro

Hispano esteve envolvido — as controvérsias parisienses do século XIII. Avicena era preferido, sem dúvida, pelos aristotélicos platonizantes. Daqui, também, o maior misticismo do avicenismo oriental e o maior racionalismo do avicenismo latino ocidental.

Há avicenismo em Camões? Assim parece. Onde o aprendeu? Ignoro. Só posso dizer que, na compilação do Curso Conimbricense, Avicena filósofo veio à colação. Decerto por vias intermediárias, sem leitura directa do texto arábico, mas Avicena é, com Averrois, um dos referenciais (depois de expurgados do islamismo) do aristotelismo conimbricense».

DOIS AVICENISMOS

Seria Étienne Gilson, pelos seus estudos de filosofia medieval, notabilíssimos, a pôr em evidência a influência de Avicena no pensamento cristão da Idade Média. «L'alliance entre la pensée théologique d'inspiration augustinienne et une pensée aviceniense passant par un *ta wil* chrétien, détermine ce que M. Gilson a thématiqué comme «augustinisme avicenisant» (Henry Corbin, op. cit., p. 119). Mas ainda, teria havido a par desta corrente dum Avicena integrado na teologia cristã, uma outra, puramente avicenista, que o P.^e de Vaux designou como «avicenismo latino», para o distinguir desse augustinismo avicenzante, pela diferença que surge mais vincada na angelologia; a interpretação augustinista transferindo para Deus a função iluminativa da *Inteligência agente*, a marcará assim pela ortodoxia; ao passo que a comparação desta *Inteligência agente* no avicenismo latino com o Anjo Gabriel identificado ao Espírito Santo, constituía

para o augustinismo avicenizante uma suspeita de heresia oriental, porque aproximando-se da gnose.

«La critique du augustinisme médiévale par Saint Thomas, supposait l'existence d'une école dont la doctrine combinait, selon des doses variables, l'influence dominante de Saint Augustin au néoplatonisme d'Avicenne» (op. cit., p. 121). Daqui, a expressão de augustinismo avicenizante, designando a tendência dos teólogos augustinianos que sofreram a influência de Avicena. Tendência marcada nesta interpretação augustiniana, pela rejeição da cosmogonia e teoria da *Inteligência agente*, assim como de toda a angelologia avicenista, mas conservando a noção de intelecto humano puramente receptivo em relação a uma iluminação do inteligível vinda do exterior. Exemplo deste augustinismo avicenista foi Roger Bacon. E seus representantes «sont les théologiens qui, sous l'influence d'Avicenne emprunt la terminologie d'Aristotele pour formuler la théorie augustinienne de l'illumination» (op. cit., p. 122). Pelo seu comum neoplatonismo, tentou-se combinar a iluminação-conceito de Avicena com a iluminação-verdade de Santo Agostinho, conduzindo à doutrina de Deus *Inteligência activa*.

Diremos ainda que no tomismo, o contacto com o mundo celeste pelo Anjo, seria substituído pela abstracção no puro intelecto; o conhecimento místico pelo conhecimento natural. Posição de todo oposta à de Avicena. Assim, todo o episódio da Ilha

do amor, de Camões situando-se desde logo totalmente estranha a qualquer escolástica de feição tomista. Será numa linha de feição não marcada pelo seu racionalismo tão fundamental, mas antes numa filosofia mais intuitiva e emocional, que Camões se situará.

E tudo levará a crer que, como de cónegos regantes de Santo Agostinho, o pensamento reinante no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, seria aceitante desse avicenisismo agustiniano. Assim, também tudo nos levando à suposição que seria este que Camões teria bebido nas suas leituras neste Mosteiro; embora no último episódio de sua epopeia, a fronteira entre estes dois avicenisismos, não seja clara: São os degraus e mediações na Criação, um Cosmos hierarquizado, de concepção neoplatónica, o que neste episódio de carácter iniciático se antevê; mas também, uma angelologia de carácter gnóstico, opondo-se assim à concepção ortodoxa do avicenisismo formulado por Santo Agostinho; e dando relevo à Inteligência agente, aqui representada pela figura da Ninfa, na sua função iluminativa.

OS TRÊS RELATOS DE AVICENA

Passaremos a resumir estes três relatos de Avicena, segundo a sua transcrição na obra citada de Henry Corbin. *Relato de Hay ibn Yaqzan*: Conta o próprio como um dia num passeio com amigos, lhe apareceu um sages como adolescente e ancião, de grande beleza, brilhando da glória divina e apresentando-se ele mesmo como o *Vivens*, sua pátria sendo a Morada. *Sacrosante*, ou Jerusalém Celeste. Viajando constantemente, conhece todos os climas e horizontes. Hay ibn Yaqzan pede-lhe para o guiar numa viagem tal como a sua, mas o sages diz-lhe que ainda é cedo, pois antes, cumpre-lhe livrar-se de seus dois maus companheiros. Então descreve-lhe as circuncisões da Terra, que são triplas, Oriente, Ocidente e intermediária entre ambas; para cada uma há uma barreira que não se pode ultrapassar só pela força humana; urge antes uma purificação na água que corre junto da Fonte da Vida: então se terá essa força para subir à montanha de Qâf. Em toda a viagem do peregrino através dos diferentes climas,

desde um mar lamacento do lado do Ocidente onde se põe o sol, através dos outros climas, de diferentes povos, uns em constantes lutas, outros pacíficos, de grande beleza e gostos refinados outros inclinados ao mal; depois, em direcção ao Oriente ao encontro do Sol nascente, entre dois bandos do Demónio, um com a ferocidade de animais, outro, com a bestialidade de quadrúpedes, abandonando-os, se chega ao clima dos *Anjos terrestres*; e deixando-se guiar por eles, o peregrino encontrará o caminho certo, a saída, como êxodo em direcção àquilo que está para além das Esferas celestes; então num vislumbre fugidio, entrevê a Posteridade da Criação Primordial (op. cit., pp. 171-172).

Relato do Pássaro: Se iniciará pelo Prólogo: «Irmãos da Verdade! Comunicaei entre vós vosso segredo». Cumpre ao vosso ser escondido de aparecer, ao passo que cumpre ao vosso ser aparente de desaparecer. E o relato cantará como os pássaros foram apanhados nas redes dos caçadores, escondidas entre o mato, e como acabaram por perder a consciência da estreiteza de sua prisão. Depois, libertam-se pelo apelo de companheiros já livres dos entraves das redes e iniciam seu vôo, até ao cume duma primeira montanha, passam outros seis e chegam ao sétimo cume, de jardins verdes, árvores de fruto, belos palácios, cantos e música de instrumentos vários. Esta viagem processa-se assim através de nove cumes, correspondendo às nove esferas celestes e constituem o conjunto da

montanha de Qâf, como montanha cósmica. A etapa última corresponde assim ao oitavo céu, esferas das estrelas fixas. Então os companheiros dizem-lhe: para além desta montanha há uma cidade onde reside o Rei supremo, que protege quem o implora, e dele afasta toda a injustiça. Chegam à sua corte, imploram sua audiência, afastam várias cortinas, passam várias salas, até ao oratório do Rei: quando a última cortina se afasta, vêem o esplendor da beleza do Rei e seus corações se suspendem. Respondendo ao pedido de libertação, o rei diz: Vos envio um mensageiro para impôr vossa libertação a quem vos prendeu: então, — caminhamos em companhia do mensageiro do Rei.

Relato de Salamân e Absal: Conta a vida destes dois irmãos uterinos; Absal é o mais novo; instruído nas letras e ciências, abandona a corte para fugir à mulher de Salamân, que, apaixonada por ele, o persegue; e com um exército conquista para o irmão os países a Oriente e Ocidente. Regressado à corte, a mulher de Salamân faz com que os chefes do exército o abandonem no campo de batalha perante o inimigo. É vencido, dado como morto, mas um animal selvagem o amamenta; regressa de novo junto de Salamân, vence os inimigos que o assediam, mas a mulher de Salamân compra o cozinheiro e mordomo para o envenenarem, e Absal morre. Salamân desgostoso renuncia à realeza e retira-se, em diálogos secretos com o Senhor: a morte mística de Salamân é uma saída definitiva deste mundo; desde

então pertence irrevogavelmente ao Oriente: esse Oriente ao qual já o evocava Hay ibn Yaqzan, e ao qual já chegara o Pássaro, após sua ascensão celeste.

Assim, todo o relato de Avicena, é a descrição da via mística; que aqui, terá como meta final o atingimento do Oriente, como êxodo do Ocidente. Camões eliminará no último canto de *Os Lusíadas*, esta morte mística para Vasco da Gama, pois era necessário que o herói da aventura espiritual regressasse à terra para comunicar e partilhar desse conhecimento místico derradeiro, com seus semelhantes e compatriotas. Seguindo-se aqui antes, o modelo da *Divina Comédia*; que é também o modelo cristão, como dever do contemplativo de verter na acção deste mundo terreno o conhecimento que lhe foi doado nesse instante extático, gozando no mundo transcendente.

UM SECRETO LUGAR INSITUADO NA TERRA

Quer os personagens eleitos e sacralizados das viagens míticas ou mito-históricas da cultura portuguesa em busca da terra paradisíaca ou tesouro supremo, sejam S. Brandão, Amaro, Galaz, Vasco da Gama (e, supomos, o navegante incógnito do *Esmeraldo de situ orbis*) — todos eles serão peregrinos em busca da pátria primeira, ou da imortalidade, pela via heróica ou da santidade. Em todas essas aventuras havendo sempre à obra um processo de conhecimento de salvação.

Outra coisa será falar de *orientação* ou modalidade espacial nessas aventuras, incluída e estruturante. Que as peregrinações se façam para Ocidente, na rota do sol poente, ou caminho dos mortos, tal essas duas aventuras primeiras, de origem celta; ou para Oriente, na rota do sol nascente, tal a de Vasco da Gama (e talvez a desse peregrino incógnito de quem se teria ocupado Duarte Pacheco Pereira), a localização desse espaço misterioso e preciso, como Ilha dos Santos, Ilha namorada) ou por certo *situ*

orbis da cor refulgente da esmeralda), ele será sempre insituado nesta terra terrestre.

Em toda a exactitude de história e geografia que estruturará a trama dos acontecimentos, passados e futuros, narrados n'Os *Lusíadas*, tanto pelo próprio Capitão como pela Nífa profética, essa ilha paradisíaca surge de repente aos navegantes, irrompendo do céu, contra todas as leis físicas vigentes nessa terra onde se deram ou darão esses acontecimentos narrados, da história portuguesa:

Cortando vão as Naus a larga via
Do mar ingente para a Pátria amada
.....
Quando juntas, com súbita alegria
Ouvemos vista da Ilha namorada,
Rompendo pelo céu a mãe formosa
De Mnemónio suave e delectosa.
De longe a Ilha viram, fresca e bela,
Que Vénus pelas ondas lha levava
(Bem como o vento leva branca vela)
Pera onde a forte armada se enxerga;

C. IX, 51, 52

Nesse justo momento de sua aparição, como hierofania, dada pela deusa do amor, ela realizará assim por si, a necessária ruptura entre a ordem ou nível físico e a ordem ou nível transfísico, ou entre terra terrestre e terra celeste.

Nesse momento n'Os *Lusíadas*, a partir do espaço sensível, na sua transcensão e transfiguração, se dará uma libertação, ultrapassamento dos limites do cosmos; mas que não implicará qualquer abstracção de carácter intelectualizante ou alegórico, e anulação das imagens, mas tão somente uma chegada a outro espaço para além deste quotidiano e visível: e a usufruição de sua realidade ultrasensível, com suas imagens próprias, dum maior brilho, e quão mais vivas do que as desse outro espaço então largado. Será nesta sua transparência e luz, de cristal ou pedra preciosa e nessa transespacialidade e transrealidade, onde se situa a «fermosa Ilha, alegre e deleitosa».

A CHEGADA AO SECRETO LUGAR

Se essa ilha, é apresentada como a vera meta de toda a aventura dos navegantes e seu capitão, ilha vinda ao seu encontro já na viagem de regresso e não na viagem de ida, rumo à Índia então deixada para trás, e seu capitão simultaneamente apresentado como o herói histórico e espiritual — do mesmo passo estará esclarecido, cremos, o facto de que o fim último dessa aventura, o Oriente demandado, será outro Oriente, não localizável nos mapas terrestres, mas como o lugar transcendente, de luz, conhecimento supremo. «Os portugueses somos do Ocidente; / Imos buscando as terras do Oriente», como respondem os lusíadas à pergunta dos naturais da ilha de Moçambique, terá um sentido histórico declarado abertamente nesta aventura e ainda um outro secretamente calado, que o primeiro ocultará, ou melhor: ambos estando em complementaridade. N' *Os Lusíadas* outro Oriente encoberto, tal como no Sebastianismo, outro Rei Encoberto, haverá para os portugueses.

Sempre localizados em ilhas não localizáveis neste mar da terra terrestre: como ilha voante sobre as ondas, na Epopeia, ou ilha escondida pelas brumas celtas, no sebastianismo. Aqui, para os argonautas lusíadas, ela vem súbita, essa ilha, descida do mundo transcendente, «fresca e bela».

As palavras usadas por Camões para descrever a descida. dessa ilha perante os olhos dos portugueses, serão já por si suficientes para nos indicar a natureza sobrenatural e angélica dessa ilha, levando-nos a situá-la no mundo dos arquétipos; e marcando este episódio com o carácter dum relato visionário; facto que toda a sua essência, em vivência e conhecimento místico-profético concedido por uma Ninfa iniciadora, nos confirmará.

Episódio todo ele estabelecido em referências ou concordâncias harmónicas entre um mundo e outro mundo, o natural e histórico e o sobrenatural e transhistórico, para além do tempo e espaço da terra. E será o símbolo que estruturará toda a realidade vivida, e relatada, nessa ilha, estabelecendo a necessária transição ou paralelismo por correspondência, da essência ontológica, noética e existencial, entre esses dois mundos. E assim não susceptível de decifração por simples meios de conhecimento racional discursivo, mas por essa exegese de tipo intuitivo, referindo-se simultaneamente ao mundo físico e ao mundo anímico: neste, onde tudo pode acontecer, livre das leis do determinismo de tempo e espaço,

apreensíveis e vividos pelos nossos sentidos corpóreos.

Nessa ilha, tudo visará e se concentrará, a e, numa iniciação. Mas que ela própria se dará por uma visão rigorosa do cosmos, tal como então surgia, no tempo, de Camões, segundo o esquema científico ptolomaico e filosófico aristotélico. Mas ainda, ultrapassando-o: pois aí, no alto do cume, nas palavras da Nífa «mor» ao Capitão, é-lhe dado ver «o que não pode ver a vã ciência / Dos errados e míseros mortais».

Aqui, já se está num outro mundo, terra celeste e sua natureza é descrita como sempre nas visões dos grandes espirituais, com o brilho que neste nosso mundo físico só se poderá aproximar daquele refulgente das pedras preciosas: tal como é descrito por S. João no Apocalipse, por Dante na *Divina Comédia*, por Santa Teresa na *Su Vida*; ou nas obras do património português, pelos autores incógnitos da *Visão de Túngulo* («e uirõ huñ muro, que era muy desassemelhado dos outros que auia uisto □ alteza e em fremsura e em claridade e era facto d'esmeradas e de marag□ es e de rrobijis e de cristaaes»); do *Conto de Amaro* («achou hũa tenda de pedras cristaaes e d'outras muytas pedras fremsas»); da *Corte Imperial* («Elle tinha em sua cabeça hũa coroa de pedras preciosas de quatro collores. Hũa pedra verde, que passava todalas verduras de todalas cousas do mundo, e era tam esprandecente que bem se podia homem veer em ella como em espelho, em guysa

que todo o ar em redor de sy fazia verde. A outra parte da coroa era de hũa pedra vermelha, collar de fogo, que lançava de sy rrayos, asy como chamas de fogo»). Assim também é descrito por Camões essa visão de iniciação: «não andam muito / Que no erguido cume / Se acharam, onde um campo se esmaltava / De esmeraldas, rubis, tais que presume / A vista que divino chão pisavam», C. IX, 77.

Derradeira iniciação ao mundo das formas celestes e seu gozo, oposto ao mundo das formas terrestres, dado numa «Ilha angélica pintada» por uma Ninfa angélica.

E ainda, como projecção exterior duma ascese interior, se mostrará já toda esta iniciação, como conhecimento e transmutação de mundo; porque o que nessa ilha se dará (mas sob as roupagens as mais naturalistas e mesmo sensuais), será a passagem do homem carnal ao homem espiritual. Tal outro processo alquímico, de fazer aparecer o que estava escondido, fazer subir ao de cima o que estava em baixo; projectando sobre a matéria do corpo, as próprias provas já efectuadas dentro da alma. E Camões sabia, que, toda a vida contemplativa tem de ser completada com a vida activa; e todo o conhecimento espiritual concedido na mística, tem de ser doado aos homens, com eles partilhado.

Esse, o sentido das palavras da Ninfa ao Capitão, marcando o estado extático doado no cume desse monte, com todo o sentido duma futura sabedoria que os portugueses por sua vez, iriam conceder ao

mundo que descobriram: como pedagogia incumbida aos navegantes no seu regresso à pátria. Todas estas palavras da Ninfa iniciadora, tendo um alto sentido moral, de necessária ascese, purgação da alma dos portugueses, perante sua missão ecuménica.

«Despertai já do sono do ócio ignaro; / Que o ânimo, de livre, faz escravo: / E ponde na cobiça um freio duro / Na ambição também, que indignamente / Tomais mil vezes, e no torpe e escuro / Vício da tirania, infame e urgente; / Porque essas honras vãs, esse ouro puro / Verdadeiro valor não dão à gente; / Melhor, é merecê-los sem os ter, / Que possuí-los sem os merecer: / Este é o caminho da virtude, / Alto e fragoso / Mas no fim alegre e deleitoso», c. X, 92, 93.

UMA INICIAÇÃO ESCATOLÓGICA E COSMOLÓGICA

Diremos ainda: na epopeia camoneana, para além duma primeira realidade e de suas evidências racionais concretas e concretamente localizáveis, descritas através de longos períodos ocupando a maior parte da obra, outra realidade haverá escondida no seu fim, de carácter numinoso: como propriamente o mistério, irrompendo súbita no seu penúltimo canto, a «ilha angélica pintada».

Lugar para além do espaço das coordenadas terrestres e fora de seu tempo, onde se dará a iniciação última de conhecimento, como dom aos heróis depois de seus trabalhos, em erros sobre o Abismo, o Mar Tenebroso, que eles venceram e seus monstros. Note-se que Camões fará uma especial referência no canto X a essas outras aventuras da Antiguidade clássica, a *Odisseia* e a *Eneida*, em seus episódios iniciáticos, justamente no começo da profecia «que a Ninfa aprendeu no imenso lago, / Qual Iopas não soube, ou Damodoco, / Antre os Feaces um, outro em Cartago», canto X, 8.

Na chegada dos nautas à Ilha, logo à primeira vista, «Três fermosos outeiros se mostravam, / Erguidos com soberba graciosa», canto IX, 53. No *Relato do Pássaro*, de Avicena, são nove os cumes da montanha cósmica, no relato de Sohorawardî, são onze, também como graus iniciáticos a vencer; aqui, no relato de Camões, estão resumidos a três, neles se dando sucessivos momentos duma única iniciação; como lugar privilegiado, nessa montanha, centro do mundo. Sempre concedidos por Tétis, a ninfa «enchendo a terra e o mar de maravilha», ao Capitão, em gesto de pedagoga sagrada, mistagoga: «Tomando-o pela mão, o leva e guia, / Pera o cume de um monte alto e divino, / No qual ua rica fábrica se erguia / De cristal toda e de ouro puro e fino / A maior parte qui passam o dia / Em doces jogos e em prazer contínuo; / Ela nos paços logra seu amores, / As outras pelas sombras, antre flores», canto IX, 87.

União a que se seguirá o ágape, como confirmação de comunhão sagrada, celebrada em «abundantes mesas de altos manjares excelentes sentam dous a dous, amante e dama (...) Outras, à cabeceira, de ouro fino, / Está coa a bela Deusa o claro Gama». Canto X, 23. Este será o primeiro grau de iniciação, pelos dons do paraíso terreal no seu gozo; simbolizando os Pequenos Mistérios. No seguinte monte se dará o outro grau de iniciação, como transcensão da terra e visão do mundo celeste nas suas esferas e signos astrais; conhecimento beatífico e escatológico, desde já e agora concedido neste

êxtase, como gozo *ante-mortem* aos navegantes lusíadas; simbolizando os Grandes Mistérios, nos dons do paraíso celeste.

De notar que esta iniciação suprema, se fará aqui para Vasco da Gama, tal como para Dante na *Divina Comédia* e no relato de Avicena, numa mesma visão e vivência cosmológica, através das Esferas celestes até ao ponto de passagem entre mundo físico e mundo transfísico; no empíreo, pura transcendência. Assim revelará a Ninfa ao Capitão, que veio «Pera lhe descobrio da unida Esfera / Da terra imensa e mar não navegado / Os segredos, por alta profecia, / O que esta Nação só mereceria», canto IX, 86. Havendo aqui assim uma especial eleição de Portugal, através do capitão e herói Vasco da Gama.

E ainda, tal como para Dante e Avicena, para este supremo conhecimento, urgiu perfazer uma derradeira ascese, largar de todo, os resíduos humanos, como Mal aderente ao ser, pecados que impediam, tal espelho embaciado, a perfeita reflexão da verdade de Deus. No poeta italiano, ela se fez pela penosa travessia dos círculos do *Inferno*, subida ao monte do *Purgatório*, até à chegada ao *Paraíso*; aqui na epopeia de Camões, pela passagem através desse outro *Abyssum* antropocósmico, o Mar Tenebroso, o «Profundo», como prova já vencida do Inferno; e depois ainda, o *Purgatório* podendo aqui ser visto como esta outra subida ao monte sob a conduta de seu guia angélico, Tétis: «Segue-me firme e forte, Com prudência, / Por este monte espesso,

tu cos demais» / Assim lhe diz, e o guia por um mato / Árduo, difícil, duro a humano trato», canto X, 76.

Para Dante, esta subida, como via purgativa, se fará com a constante intervenção do Anjo e sob a conduta sucessiva de Vergílio, Matilde e Beatriz: nessa montanha elevando-se numa ilha do oceano austral; e subida que pedirá essa total transformação do peregrino, purgação, como progressiva aquisição da liberdade. A mesma experiência existencial, e simbolizada igualmente por uma subida, se expressará neste monte da ilha de *Os Lusíadas*. O símbolo, é o universal; através dele se unirão os relatos de Camões, Dante e Avicena: pela sabedoria árabe na sua feição esotérica.

Iniciando o primeiro canto do *Purgatório*, Dante dirá: «Cantarei este segundo reino onde a alma humana se purifica e se torna digna de subir ao céu». E logo depois, mais de cem espíritos cantarão: *In exitus Israel de Aegypto*.

Tal como no *Purgatório*, este episódio passado na ilha de Vénus, tem o carácter da fase iluminativa dum processo místico, onde se dão as visões imaginativas; preferentemente, pela sua cor e brilho, comparadas às pedras preciosas, como já aqui se notou: tal esse campo esmaltado de esmeraldas e rubis; descrito por Camões o «doce colorido de safira orientab», descrito por Dante. Até a esse dom supremo concedido pela Ninfa, na visão do globo suspenso no ar «que o lume / Claríssimo por ele

penetrava (...) Uniforme, perfeito, em si sustido, /
Qual enfim o Arquétipo que o criou.»

Que o ensino desta visão será de essência escatológica e cosmológica, tal o da *Divina Comédia*, aqui na epopeia camoniana a Ninfa o declarará: «O trasunto, reduzido / Em pequeno volume, aqui te dou / Do mundo aos olhos teus, pera que vejas / Por onde vás e irás e o que desejas», canto X, 87, 89. Como contemplação prévia dum futuro percurso a fazer pela alma na sua ascensão *post-mortem* aos céus. O que por Dante, é contemplado *in corpore*, ainda em vida e na companhia de Beatriz, sua dama angélica e S. Bernardo em êxtase místico, Vasco da Gama o contempla aqui nesse «erguido cume», na companhia de sua Ninfa angélica: a máquina do mundo, idêntica àquela apresentada na *Divina Comédia* e seu empíreo. «Este orbe que primeiro vai cercando / Os outros mais pequenos que em si tem, / Que está com luz tão clara radiando / Que a vista cega, e a mente vil também»: como limite do mundo profano e começo do mundo transcendente, ele será já a luz incriada, nunca conhecida na terra, nem no mais radioso sol do meio dia, e como tal impossível de suportas aos olhos ainda humanos, impuros: como o contemplar da verdade, face de Deus.

Aqui se dando assim o começo da passagem da via iluminativa à unitiva, tal a declarada por Dante que regressa ao fim do *Purgatório*: «puro e preparado a subir até às estrelas».

Poderemos assim considerar esta iniciação como a heróica, prêmio duma via levada a cabo, como ofício, onde a potência se igualará assim à *virtus*. Neste século português de Quinhentos, como aquele por excelência do Herói, a iniciação será aquela que compete a essa figura consagrada, e como tal, aqui a Vasco da Gama e seus companheiros navegantes; como detentores duma das mais altas qualificações da alma, a coragem. Aliás, é a específica consagração do herói, que ressalta sempre dos relatos da história portuguesa cantados pelo Capitão ou pela Ninfa profética, na sua longa série nomeada através dos séculos passados ou futuros: fundadores, reis, guerreiros. Mortos ou ainda. vivos ou a consagrados nesse ofício, à pátria. Há nesses heróis pela sua *virtus*, como qualidade especialmente detida e prezada pelo homem renascentista, algo que os aproximará da santidade: aquela que também nimba Vasco da Gama no cume do alto monte.

DUAS TEORIAS COSMOLÓGICAS

Camões, tal como Avicena e Dante, teria deixado todo um conhecimento escatológico antropológico e astronómico, incluso nesse relato cifrado sob as imagens de nosso mundo. Pois que a conexão entre uma iniciação, como conhecimento perfeito e último concedido à alma pelo seu guia celeste, e o conhecimento astronómico por este simultaneamente concedido, estará presente semelhantemente no relato do filósofo místico árabe, do poeta português e do poeta italiano: o conhecimento das esferas celestes, marcando finalmente este percurso. Nesta máquina do mundo, construída segundo o ensino de Ptolomeu e dos paripatéticos, oito esferas concêntricas e envolventes, terão como centro a terra, sete delas dos planetas e a oitava das estrelas fixas; uma ainda última dando-lhes todo o movimento. Cada esfera movendo-se, segundo os paripatéticos, por uma Inteligência divina, que está em relação com essas esferas como a Inteligência agente para cada alma humana.

Só este paralelismo antropológico e cosmológico, poderia justificar e explicar esta visão planetária integrada na exposição profética da história portuguesa por Tétis; e mais latamente integrada num processo de iniciação concedida nessa ilha angélica, que doutro modo seria difícil de nele incluir. Camões, tal como o filósofo islâmico, apresentando aqui a astronomia inseparável da angelologia. E será esta união que, com a revolução de Copérnico, sofrerá uma ruptura irreversível que marcará os tempos modernos da Europa; doravante, os céus ficando vazios das presenças angélicas, como laicização do cosmos.

Camões surgindo ainda em meados do século XVI, como o representante e defensor desta concepção anterior, então a ser preterida do pensamento ocidental. A adopção da teoria de Copérnico, com o abandono daquela de Ptolomeu, arrastaria consigo, como revolução cosmológica, toda uma revolução escatológica. Pois que toda essa anterior cosmologia era solidária duma angelologia, incluindo sua teoria da Inteligência agente em diálogo com a alma humana. O que o novo sistema iria combater, seria justamente a prerrogativa do Anjo no acto de conhecimento do homem e na economia do cosmos.

Ora é ainda precisamente esta cosmologia ptolomaica regida pela presença dos anjos condutores das esferas celestes e, com seu conhecimento, das almas humanas para sua salvação,

o que Camões nos apresenta. Digamos, no contexto cultural e religioso da Europa de então, de modo visivelmente anacrónico, ou conservador. Esta presença angélica, representada aqui sobre a terra paradisíaca pelas ninfas, com seu dom de conhecimento supremo e de eternidade para os homens, numa epopeia de pleno Renascimento, nos levará a ver nela uma marca de avicenisimo; ainda para além da certa influência do poema de Dante.

Será aqui tempo de notar, a propósito desta presença angélica no cosmos, regendo as esferas celestes, e toda esta cosmologia, a figura notável do filósofo sefardie de Córdoba, Maimónides (1135-1205). Ouçamos Pinharanda Gomes «A tese da criação *ex-nihilo* aposta à ideia da onipotência divina garante a vasta cosmologia de Maimónides, prenhe de uma deslumbrante angelologia, equivalente da intelegida por Avempace e por Dante. Maimónides recupera a física de Aristóteles através da leitura platónica de Avicena, e propõe um universo *concêntrico* de quatro esferas activas: a lunar, a solar, a planetária e a estrelar, ordenadas do centro para a periferia. A esfera envolvente e principal é a do *Primum Mobile*». Referindo-se ainda à sua confirmação da física aristotélica, dirá: «A coexistência de um Motor que é movido, de um movido, que não é Motor, e, por conclusão, de um Motor, que, é imóvel, e que expande a vivência através de esferas, na obra da criação, e rege e conserva a obra pelas inteligências, os *anjos*. A

angelologia de Maimónides é poderosa e surge como forma de transitar da corporeidade natural para a imaterialidade conceptual, da existência para a essência» (*A Filosofia Hebraico-Portuguesa*, Lello e Irmão, pp. 60-61).

Teremos assim aqui, através deste filósofo tão lido entre nós nesses anos, mais uma fonte de toda esta concepção cosmológica incerta no último canto da epopeia camoniana. É representada a Vasco da Gama, e navegantes lusíadas no «esguido cume».

«Aqui um globo vêem no ar, que o lume /
Claríssimo por ele penetrava, / De modo que o seu
centro está evidente, / Como a sua superfície,
claramente. / Qual a matéria seja não se enxerga, /
Mas enxerga-se bem que está composto / De vários
orbes, que a divina verga / Compôs, e um centro a
todos só tem posto. / Volvendo, ora se abaixe, agora
se erga, / Nunca se ergue ou se abaixa, e um mesmo
rosto / Por toda a parte tem, e em toda a parte /
Começa e acaba, enfim, por divina arte / Uniforme,
perfeito, em si sustido, / Qual enfim o Arquétipo
que o criou. / Vendo o Gama este globo, comovido
/ De espanto e de desejo, ali ficou. / Diz-lhe a
deusa: — «Otrasunto, reduzido / Em pequeno
volume, aqui te dou / Do mundo aos olhos teus,
pera que vejas / Por onde vás e irás e o que desejas.
/ Vês aqui a grande máquina do mundo, / Etérea e
elemental, que fabricada / Assi foi do Saber alto e
profundo, / Qual é sem princípio e meta limitada. /
Quem o cerca em derredor este rotundo / Globo e

sua superfície tão limada, / É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende, / Que a tanto o engenho humano não se estende. / Este orbe que primeiro vai cercando / Os outros mais pequenos que em si tem, / Que está com luz tão clara radiando / Que a vista cega, e a mente vil também, / Empíreo se nomeia, onde logrando / Puras almas estão de aquele Bem / Tamanho, que ele só se entende e alcança, / De quem não há no mundo semelhança». (Estancias LXXVII-LXXXI).

Criação do mundo por Deus, a partir duma ideia eterna ou arquétipo, no pensamento de Deus; concepção segundo a raiz platónica e ainda transmitida por Santo Agostinho; e *criação ex-nihilo*, opondo-se assim a teoria averroista da eternidade da matéria-primeira, coeterna a Deus; posição eclesial de Camões, que tinha sido também a tomada por Dante e pelos mestres da escolástica. Relevando-se aqui o facto de ter existido na biblioteca de Santa Cruz de Coimbra uma edição do filósofo muçulmano comentando Aristóteles: *Averroes Cordubensis Commentaria in totam Logicam, Philosophiam Naturalem Aristotelis* (Veneza, 1489).

O sistema cosmológico em que se integram estas ideias filosóficas e teológicas é o sistema ptolomaico. Na livraria dos Colégios de Santa Cruz conheceu Camões a *Geografia* de Ptolomeu (1507), organizando o cosmos, tal como surge nesta «máquina do Mundo»: as esferas celestes rodeando a Terra, colocada no seu centro; sistema que era então

o único admitido no ensino em Portugal; difundido pelo célebre *Tratado da Esfera* de Sacrobosco e mais tarde pelo comentário de Pierre D'Ailly (1380-1454). Camões terá colhido ainda seus conhecimentos astronômicos no *Tratado da Esfera* de Pedro Nunes (1537), existente na livraria dos Colégios de Santa Cruz.

Mas se ainda continuamos a leitura destas estâncias que descreve a máquina do Mundo», ela nos concederá a via para toda a concepção da angelologia que impregna esta cosmologia ptolomaica: «porque a Santa Providência (...) Por espíritos mil que tem prudência / Governa o mundo todo, que sustenta (...) Quer logo aqui a pintura, que varia, y Agora deleitando, ora ensinando, / Dar-lhe nomes, que a antiga Poesia / A seus Deuses já dera, fabulando; / Que os Anjos da celeste companhia, / Deuses» o sacro verso está chamando (est. 83-84).

Planetas movidos por forças angélicas, *animae coelesti*, cosmos de estrutura religiosa-animista, tal o de Maimonides e dos poetas místicos sufis. E que ainda surgirá em Kepler (1571-1630); na sua obra primeira, *Mysterium cosmographicum*, afirmava que os planetas eram dirigidos por almas; crença que depois abandonou: «antes eu acreditava que a força que fazia girar os planetas era realmente uma alma... Mas considerando que esta força motriz diminue a uma grande distancia, conclui que devia ser material» (*Opera* 1, p. 176). O *mysterium cosmographicum* tendo sido então substituído por Kepler por uma *Physica*

coelestis»; as forças físicas substituindo as almas, passando assim a *formular matematicamente* as leis dos factos. Laicização dos cosmos que no sistema de Copérnico terá finalmente sua expressão moderna definitiva, através de sua obra surgida em 1543, *De Revolutionibus corporum coelestium*. Mas sistema que só muito tardiamente seria aceite em Portugal, porque tendo tido a oposição da Igreja; tal como o sistema de Galileu.

O DUPLO CELESTE, OU A NATUREZA PERFEITA

Neste episódio da Ilha namorada, coroando a Epopeia de Camões, o que haverá é essa sabedoria oriental; e na sua angelologia própria, uma possível suspeita de heterodoxia para o mundo ocidental cristão; pois colocando em causa o seu monoteísmo e todo o dom de revelação e imortalidade doada aos homens pela sua perfeita união, identificação com o Cristo da Ressurreição e fonte de toda a Revelação. Imortalidade e revelação que, nessa outra sabedoria oriental, lhe será doada na sua perfeita união, identificação, com seu anjo.

Alquimia, mística, profecia e angelologia pedagógica, se ligando neste processo. Pois aquilo que cada navegante e seu capitão realizam nesta ilha será o acto supremo de conhecer seu anjo e com ele se unir, para sua imortalidade. A alma só tomando consciência de si mesma, como *Anima*, poderá conhecer o seu anjo, ou duplo celeste. Ascese e auto-conhecimento, como prova necessária, de que a imagem e cenário será essa sua subida através dum

mato «árduo, difícil, duro a humano trato». E ainda depois, a doação aos homens seus semelhantes, do conhecimento, de revelação aí merecido e exaurido.

Será, supomos, esta suspeita, de heterodoxia, que teria levado Camões à forma crítica com que revestiu uma sabedoria iniciática neste episódio. E sabedoria que estará dada e transmitida sob a imagística primeira, comum e aparente, dum bucolismo renascentista e duma mitologia e cenografia naturalista, tal a da Antiguidade clássica. A nostalgia do Paraíso vertendo-se no Renascimento muito preferentemente em formas bucólicas e pastoris.

Assim, nos pares de Navegantes e Ninfas que realizam seu enlace pelas «sombras, antre as flores» e seu Capitão e Tétis que o realizam nos «altos paços», se esconderá, sob uma primeira e fácil imagem erótica, o mais exacto processo espiritual de comunhão, como enlace dum ser humano com seu duplo celeste, imortal e angélico, em díade: como perfeição já atingida sobre a terra, antes daquela na morte. A natureza não-terrena destas ninfas e seu dom aos navegantes, o dirá Camões, quando da partida da Ilha: «Levam a companhia desejada / Das Ninfas, que hão-de ter eternamente, / Por mais que o Sol o Mundo aquente», C. X, 143.

Ninfas, como duplos celestes e iniciadoras: e entre todas a «Mor, da qual Vasco da Gama, é o companheiro na subida à montanha cósmica, como viagem ascética e mística. Subida, em ascensão mental, Tétis surgindo aqui na mesma função

gnósica e soteriológica do Arcanjo Gabriel nas visões de Daniel, do Arcanjo Uriel no *Livro V de Esdras*, do Arcanjo Gabriel em *Tobias e o Anjo* do Antigo Testamento, de Beatriz na *Divina Comédia* ou de Hay ibn Yaqzan no relato visionário de Avicena. Tétis será aqui como este personagem do mestre islâmico, o *Vivens* e *Vigilans*, tal como seu próprio nome indica. Havendo n'Os *Lusíadas*, como nesse relato da sabedoria oriental islâmica, uma angelologia fundamental, ela ainda partindo duma pneumatologia: que por ela, revelará todo o parentesco celeste da alma humana.

Notemos ainda, em relação a Camões, uma só e unânime concepção antropológica e escatológica, presente, actuante e estruturante em toda a sua poesia, lírica e épica. Para o poeta, a «alma minha gentil» que subiu ao céu, tal Beatriz para Dante, e as mulheres amadas por todos os *Fedeli de Amor*, são suas metades angélicas e iniciadoras no mais alto mistério, o do conhecimento pelo amor.

No regresso à pátria, como prémio do acto heróico da descoberta desse caminho do Oriente terrestre, o que ganham os navegantes lusíadas na Ilha do Amor, será sua natureza perfeita, como *completude* terrena e celeste, que lhes concederá a eternidade. Esse, o prémio que irão também levar a seus semelhantes na pátria amada e por ela, ao mundo. Oculto no primeiro sentido humano e naturalista, o que se conterà nesses dois últimos cantos da Epopeia, como relato realizado e

concedido complementarmente em dois registos paralelos e harmónicos, será de facto uma angelologia, que por ela, completará o total sentido dessa Epopeia.

Havendo assim, entre as múltiplas e todas legítimas leituras desses dois episódios últimos, como leitura histórica, mitológica, geográfica, literária, filológica... uma outra possível, hermética, por acto de exegese dos símbolos. E que neste episódio atingirá todo o seu sentido de liturgia: como arte hierática, tendo como fim a transmutação do homem. Só depois dessa transmutação, os heróis poderão regressar à pátria.

Demanda do Oriente qual a via? perguntará o gnóstico, filósofo hermético ou iniciado. Camões, como um deles, a encobre nessas vestes ou roupagens de nosso mundo natural; e depois ainda a dá como etapa necessária para esse regresso à pátria terrestre, como dom supremo concedido pela Ninfa mistagoga a esses heróis navegantes.

Podei-vos embarcar, que tendes vento
E mar tranquilo, pera a Pátria amada.
Assim lhe disse; e logo movimento
Fazem da Ilha alegre e namorada

C. X, 143.

A DUALIDADE DO HOMEM

Segundo o hermetismo, o homem é uma totalidade dual: Adão e Phôs, antropos terrestre e celeste. Doutrina que se ligará à da pré-existência platónica. Phôs vivia no paraíso celeste, nasceu humano em Adão: duas formas duma mesma alma, da qual uma está virada para o mundo original, outra para o mundo onde encarnou. Temos ainda a afirmação de Proclus: «Todos os platónicos dizem que a alma é dupla».

Camões teria conhecido Platão, não no grego, que ignorava, mas por certo nas traduções que ao seu tempo já existiam, de Marcílio Ficino (Veneza, 1491 e 1518). E tanto na sua poesia lírica como na épica, tipificam-se estas duas formas da alma humana, como doutrina antropológica e gnoseológica de fonte platónica e hermética, ou melhor, dum platonismo hermetizante. Mas doutrina que no poeta, surgirá com toda a marca duma experiência vivida. Na poesia épica, no canto X de *Os Lusíadas*, este conhecimento toma um carácter ainda e

também cosmológico, em *completude*. São as *Animae* celestique animam o céu, nas suas esferas, assim como as almas dos homens; doutrina unindo-se em Camões a um marcado gnosticismo cristão. Segundo este e os livros de Hermes, urge distinguir Adão terrestre, do qual o corpo é formado dos quatro Elementos que recolhe em si a influência das Esferas celeste e o Destino, como homem exterior, carnal; e o homem interior, espiritual, como contrapartida celeste, homem de luz, liberto já dessas influências. Poderemos ver esta concepção formulada no soneto CXCIX: «Ar, que de meus suspiros vejo cheio; / Terra, cansada já de meu tormento; / Água, que com mil lágrimas sustento; / Fogo, que mais acendo no meu peito (...) E como vivo se contrário tenho / Fogo, Fortuna, amor, ar, terra e água?».

Por nós agora, ousaremos avançar, e notadamente em relação a este último episódio da epopeia camoniana, o da «ínsua divina», que o platonismo de Camões teria assumido uma feição hermética e gnóstica de fonte islâmica, tal a de Dante na *Divina Comédia*.

O homem, no qual predomina a alma inferior, é submetido pelo Destino; aquele em que predomina a alma superior, adquire toda a liberdade, elevando-se acima do Destino e das leis da natureza. Esta transmutação, será a descrita nesse último episódio da epopeia, no canto X, começando por uma ascese, numa ascensão espiritual para o domínio dessa alma superior, seguida pelo Capitão e navegantes

lusíadas; e por eles, a ser seguida pela sua pátria; em projecto de biografia interior pátria, assim tudo surgirá neste último canto. Paralelamente, na sua poesia lírica, esta biografia interior, como ascensão espiritual para o predomínio dessa alma superior, estará também inscrita. Podendo dizer-se que na epopeia, Camões se identificará a Vasco da Gama. Ninfa Tétis ou «alma gentil», sendo as figuras femininas iniciadoras nesta ascensão.

Semelhantemente em Dante, haverá uma pedagogia iniciática perfeita por uma mulher divinizada, Beatriz, testemunhada na *Vita Nova* e *Divina Comédia*. O que se dá no cume do segundo monte da ilha da epopeia camoniana, é a contemplação da verdade pela alma superior de Vasco da Gama, aquela virada para o mundo original. Tal como em toda a mística gnóstica, não é a abolição da personalidade o que se deve procurar e realizar, mas a sua transfiguração e eternização: esse, o sentido de toda a ascese.

No regresso à pátria, o Capitão e Navegantes lusíadas, gozarão em contínuo desse conhecimento extático, então doado num momento de iluminação, porque viverão na companhia de seus anjos, ou Naturezas perfeitas, para todo o sempre.

OS FIÉIS DO AMOR

Nesta feição de exaltação e adoração do princípio feminino, Camões nos seus sonetos, tal como Dante nos sonetos da *Vita Nova*, serão os continuadores do amor provençal e cortês. Beatriz, como mulher real divinizada, surge para Dante como sua noiva celeste, ou *daimôn paredros*, tal como a «figura angélica» para Camões: face de uma alma humana virada para o céu, para a luz. O poeta português acentuará bem esta feição luminosa de sua amada, através de seus sonetos; como entre outros: «O fogo que na branda cera ardia / Vendo o rosto gentil, que eu na alma vejo, / Se acendeu de outro fogo do desejo, / Por alcançar a luz que vence o dia, soneto XXXIV). «Amor, que o gesto humano na alma escreve, / Vivas faíscas me mostrou um dia, / Donde um puro cristal se derretia / Por entre vivas rosas e alva neve (LXXXI).

Se notará ainda que a essência do feminino, como categoria metafísica mundial, na sua ambivalência de demoníaco e celeste, surge em Camões só visto e

exaltado neste último aspecto, benéfico e salvífico. «Comigo levo esta alma que se obriga / Na mor presa de mar, de fogo, e de ira, / A dar-vos a memória que suspira / Só por fazer convosco eterna liga (...) Por vós chamando, só com vosso nome/ Farei fugir os ventos e — os inimigos» (CXXII). E Dante dirá na *Vita Nova* que Beatriz é «...venuta da cielo in terra a miracolo mostrare». Ou ainda Camões: «Fermosura do céu a nós descida» (LXII).

Conhecimento concedido pela mulher adorada, que é identificada a essa essência e força cósmica e humana, o amor: «Amor é cor gentil son una cosa» (Dante). Tal como para Camões, essa mulher traz ao poeta italiano, pelo seu amor, um estado de graça sobre a terra. E na *Divina Comédia*, ela surge como seu guia no *Paraíso*, figura eleita para o iniciar nos mistérios do conhecimento-amor cósmico, no seu percurso de esfera em esfera celeste. E entre os sonetos de Camões e *Os Lusíadas*, dar-se-á uma semelhante função pela mulher divinizada, como «alma gentil»; ou Tétis.

Haverá assim um mesmo tema de meditação a ser vivido, existencialmente, por experiência pessoal, em Camões, na sua poesia lírica e na sua poesia épica, implicando uma transmutação do homem e uma transmutação dos dados sensíveis. Que este tema tenha sido conhecido primeiramente nos *Fedeli d'Amor* italianos, sobretudo em Dante, e depois confirmado mais latamente na hermética, islâmica, — tudo o levará a crer.

A figura do Anjo, como Inteligência agente, se apresentará nos *Fedeli d'Amor* tal como nos poetas e místicos persas e iranianos, tipificada igualmente numa figura feminina: que realizará para eles a sua completude perfeita, como seres humanos. Seria esta, a religião secreta de Dante e seus companheiros, assim como a de Camões.

Um aspecto supremo, de fundas raízes e implicações espirituais, e não só literárias, terá a importação do *dolce stil nuovo* em Portugal no Renascimento.

Assim, Beatriz para Dante na *Vita Nova* e *Divina Comédia*, Giovanna para Guido Cavalcante, ou aquela que para Dino Compagni é «l'amorosa Madonna Intelligenza», Laura para Petrarca, Natércia para Camões — serão a tipificação feminina dessa Inteligência agente. E a união do poeta com esse anjo do conhecimento, é uma união de amor e com todos os sinais duma experiência pessoal vivida, numa vida singular. Não pura alegoria, abstracção e sangue ou metáfora. Todas essas mulheres cantadas pelos *Fedeli D'Amor*, foram mulheres reais e concretas, vivendo sobre a terra contemporaneamente aos poetas, simultaneamente figuras terrestres e celestes: como aparições aos poetas da *Sophia Intelligencia*, Sabedoria, iniciando-se nos mistérios do conhecimento supremo, o do amor. Tal ainda mais tarde, no Romantismo alemão, Suzette Gontard para Hölderlin. Função sacerdotal continuando a de Diotima, no *Banquete* de Platão.

Dando-se assim, por parte desses poetas, uma sublimação, transmutações desses seres femininos, e não uma sua abstracção. Eles viam, através de sua beleza, que sempre foi cantada em termos de louvor sagrado, da mulher terrestre, o ser angélico.

Esta concepção dos *Fiéis do Amor*, com todo o processo de revelação e sublimação individual através da pedagogia do Anjo, estaria assim em oposição ao cristianismo oficial da Igreja, como a única detentora, depositária, da revelação. Comunidade de poetas e místicos que se manifestará como corrente espiritual secreta, desde o próximo Oriente no século XII, Sohorawardí, século XI, Avicena, etc., depois através da Itália no século XIII) até Portugal no século XVI.

Nos seus sonetos, notadamente, o poeta português estabelecerá a distinção entre o amor carnal, possessivo, e o amor espiritual, doado em liberdade, no qual se dá a conformação entre a alma do amante e a alma da amada, como vero amor. «Transforma-se o amador na coisa amada / Por virtude do muito imaginar: / Não tenho logo mais que desejar, / Pois em mim tenho a parte desejada. / Se nela, esta minha alma está transformada, / Que mais deseja o corpo de alcançar?» (s. IV).

É sempre a imaginação criadora, como força de transmutação dos dados sensíveis, tal como ainda em toda essa espiritualidade mística, a que está indicada neste soneto, ele tão importante na poesia camoniana.

Mulher amada, elevada à esfera do divino, e assim partilhando de todo o seu mistério insondável, inviolável ao homeano. «Fermosura do Céu a nós descida / Que nenhum coração deixais isento, / Satisfazendo a todo o pensamento, / Sem que sejas de algum bem entendida» (s. LXIII). E formosura cantada nos termos usados por esses *Fedeli d'Amor*, nomeadamente por Petrarca, vendo na formosura da amada o brilho e colorido das pedras preciosas, a neve e a soberana serenidade, o riso brando, o repouso gravíssimo; tal como Camões. «Leda serenidade deleitosa, / Que representa em terra um paraíso; / Entre rubis e pérolas doce riso; / / Debaixo de ouro e neve cor de rosa» (LXXX). Aliás, o poeta português evoca o poeta italiano longamente num soneto: «Se da célebre Laura a fermosura, / Um numeroso cisne ufano escreve, / Ua angélica pena se te deve, / Pois o céu em formar-te mais se apura, / E se em voz menos alta te procura / Celebrar (oh! Natércia!) Em vão se atreve, / De ver-te já a ventura Liso teve» (CCXXI).

Todo o esforço de erudição e investigação gasto ao longo de tantos anos entre nós, para tentar a identificação humana concreta da figura feminina cantada por Camões em termos dum amor tão alto e sublimado, se mostrou baldado. E destituído de importância se mostrará essa investigação e interpretação realista, procurando na sociedade contemporânea do poeta a mulher que mereceu tal amor, em termos meramente realistas e biográficos.

Porque aqui, o facto relevante, como para todo o *Fiel de Amor*, será a transmutação que o poeta realizou sobre uma mulher sua contemporânea, real, elevando-a a figura angélica, como metade transcendente de seu ser terreno, ou reflexo no tempo — pela força transmutadora da imaginação criadora. «Fermosos olhos, que na idade nossa / Mostrais do céu certíssimos sinais, / Se quereis conhecer quanto possais / Olhai-me a mim, que sou feita vossa (...) E se ver-vos nesta alma, enfim, quiserdes, / Como num claro espelho, ali vereis / Também o vosso angélico e sereno» (XXXIII).

Aliás, o mais importante e imperioso dever do amor cortês, era o segredo que o amante devia guardar sobre a identidade de sua amada: segredo que também Dante sempre guardou fielmente.

Camões cantará nos seus sonetos, o amor tal o ensino de Platão no *Banquete* e no *Fedro*; e como já tinha sido cantado por Dante e os *Fideli d'Amor*: força cósmica, encarnada numa mulher divinizada. Será ela, tal Diotima do *Banquete*, que surge como a iniciadora dos homens nesse caminho do conhecimento supremo. Um mesmo movimento de transcendência haverá, subida do humano ao transhumano, celeste, percorrendo os sonetos de Camões: mas marcando-os por esse tom inconfundível e único de nostalgia paradisíaca portuguesa, a saudade; quer se expresse como desejo de regresso à pátria, terra primeira, «De Babel sobre

os rios nos sentamos, / De nossa doce Pátria, a desterrados, / As mãos na face, os olhos derrubados, / Com saudades de ti, Sião, choramos»: Quer se expresse como desejo de união do amante com a amada, alma angélica, que vive no céu, ou nessa pátria celeste.

E será ainda e sempre esse mesmo movimento, que marcará o fim, como *completude* atingida, da aventura de Vasco da Gama n'Os *Lusíadas*, sob a conduta de Tétis, seu guia, iniciadora feminina, levando-o a uma ascensão espiritual.

Experiência iniciática, por uma mulher ou ninfa. Possível pelo conhecimento e contacto com o princípio oculto do feminino e participação a ele, no seu mais fundo abissal. Aí já se tendo ultrapassado o nível puramente profano.

Tal foi também para Camões e esses poetas italianos, o conhecido da mulher amada. É uma morte iniciática o que provoca a sua contemplação: poderoso choque que levará o amante a outro nível espiritual da vida: ou o fará morrer. Dirá Dante: «transformar-se-á em nobre coisa ou morrerá» (*Vita Nova*, 11, 19). E Camões dirá desse choque, tal o dum relâmpago: «Amor, que o gesto humano na alma escreve, / Vivas faíscas me mostrou um dia (...) Jura Amor que brandura de vontade / Causa o primeiro efeito; o pensamento / Endoidece, se cuida que é verdade (Soneto LXXI).

Na linguagem hermética, esta mulher que tal poder tem, é a «Nossa Eva oculta». À sua aparição, o

amante fica como morto, «foge, se a morte te aborrece», (*Vita Nova*, XV, 4). O que esta mulher realiza na vida do amante, é de facto tornar essa força antropocósmica, o amor de latente a activa: como um seu acordar: daí, o sentido de *Vita Nova*: morte, a que se segue vida verdadeira: como imortalidade iniciática. Poder-se-á ainda notar o carácter hermético desta função da mulher, como união perfeita entre amante e amada, nos *Fiéis do Amor*: como realização do andrógino, *Rebis*, em todo seu valor e natureza transcendental então possuído. Daí ainda, o alto significado do soneto de Camões já citado: «Transforma-se o amador na coisa amada». Tanto para os *Fiéis do Amor*, como para os provençais, se dará esta realização da união perfeita. Dante dirá «assim eu sou Ella» (*Vita Nova*) e Camões, «Olhai-me a mim, que sou feitura vossa». Para o poeta italiano como para o poeta português, este amor provoca uma sujeição do espírito vital, com todos seus liames, à terra, ao destino. A amada sendo aqui empossada dum poder de iluminação e libertação.

Através de todos os sonetos camonianos, cantando vários degraus do amor, «Erros meus, má fortuna, amor ardente (...) De amor não vi senão breves enganos» (Soneto CXVI), — até à expressão desse amor sublimado, uma evolução, transmutação se terá dado na alma do poeta, impossível de ser marcada, pela falta da cronologia desses sonetos. Mas uma afirmação de luminoso optimismo, como a

sujeição do Mal ao Bem, haverá em Camões: «Este terrestre caos com seus vapores / Não pode condensar as nuvens tanto / Que o claro Sol não rompa o negro manto / Com suas belas e luzentes cores (...) Pode-se contrapor ao Céu a Terra, / E estar o Sol por horas eclipsado; / Mas não o de ficar escurecido / Pode prevalecer a vossa guerra; / Mas, apesar das nuvens, declarado / Há-de ser vosso Sol e obedecido» (Soneto CCXII) .

ESPÍRITO SANTO E ANGELOLOGIA

Mas, se para além deste conhecimento por parte de Camões, e dos *Fedeli d'Amor*, notadamente de Dante, com toda sua teoria platónica do Amor, admitirmos ainda o seu conhecimento do hermetismo e gnosticismo de feição islâmica nos relatos de seus poetas e místicos, estes relatos não devem ser considerados como fontes literárias, no sentido comum que se lhe dá, mas como caminhos semelhantes dum outro já conhecido e vivido, como aventura espiritual, pelo poeta português, vindo assim aclará-lo confirmá-lo no seu pleno conhecimento e sentido.

Um exemplo semelhante de fenomenologia de carácter angélico, haverá em todas essas aventuras espirituais; na poesia lírica de Camões e na sua epopeia, concentrando-se nos seus dois últimos cantos: que a terminam, fundamentam e justificam. A consciência dum mesma energia movendo o cosmos nas suas esferas e o homem na sua alma, estará à obra, solidária e unidamente, na sua

antropologia e cosmologia; será esse um dos sentidos da alta pedagogia angélica concedida por Tétis a Vasco da Gama e seus navegantes, na visão suprema no cume de último monte da «ínsua divina».

Em todos os relatos do sulismo, de fonte gnóstica o Anjo do Conhecimento é identificado ao Espírito Santo; Natureza perfeita, ou Inteligência agente, como o Dador. A angelologia sendo aqui inseparável do processo de individuação, ou libertação perfeita da alma, como face a face última do homem com seu eu verdadeiro, suprapessoal; todo o processo vindo ainda estruturado numa teoria de âmbito e limites cosmológicos. Esta angelologia relacionando-se mais com a concepção gnóstica do *Christos-Angélicos*, do que com a concepção eclesial dogmática. Reconhecer a sabedoria doada pelo Anjo ou Espírito Santo, será em que consiste o conhecimento na tradição oriental: doação iniciando-se pelo seu apelo directo. Havendo ainda nesta tradição, uma referência a partir do Espírito Santo e Anjo Gabriel, à «Virgem da Luz» do maniqueísmo, como figura de *Sophia* divina, que na gnose, é identificada ao Espírito Santo.

Vemos assim, que fundas implicações da sabedoria e da tradição religiosa portuguesa, estarão implicadas na figura divinizada da mulher, na poesia lírica de Camões, como «figura angélica» e na sua poesia épica, como «ninha mor»: a figura feminina surgindo como a doadora da sabedoria suprema, iniciadora dos mistérios invisíveis do céu.

Assim também, tema de meditação capital — e que se afigurará por enquanto de limites insuspeitos na sua fecundidade, — a propôr na história da espiritualidade portuguesa, será esta relação entre a Inteligência agente, Anjo do Conhecimento da tradição oriental, ou Espírito Santo, em todas as implicações que teria tomado na corrente mais ou menos heterodoxa dessa história. Corrente que teria chegado a estas plagas do extremo do Ocidente, através dessa feição gnóstica, nos nossos tempos paleocristãos no século IV, vinda notadamente do Egípto. Posteriormente, combatida nos Concílios de Braga, sobretudo na feição tomada no priscilianismo, tal no I, o desses concílios em 561.

Na primeira e segunda Dinastias, até ao reinado de D. Manuel, como aqui já lembrámos, as três feições do esoterismo: cristão, islâmico e judaico, estando muito ligados em Portugal; no entanto, não temos agora por nós, bases suficientes para avaliar que implicações teria então tomado nesses três esoterismos, esta concepção do Espírito Santo. Mas seria uma suspeita de heterodoxia, em relação ao seu culto e ainda sua feição teológica, o que teria levado à sua ocultação ou afastamento, a partir de meados do século XVI português, simultaneamente à implantação da Inquisição, movimento da Contra-Reforma e Concílio de Trento.

Pensamos que este culto do Espírito Santo, então de importância capital em Portugal durante a Idade

Média até ao Renascimento, tendo sido contemporâneo do culto do Anjo de Portugal, ele também de importância capital, revelará a forte interligação própria dum mesma concepção teológica e antropológica específica, numa mesma angelologia.

Na história da espiritualidade portuguesa, surgirão como em constante recorrência, complexos temáticos estruturando seu devir: fazendo-se ocultamente, implícitos, ou às claras nos seus factos explícitos. Aqui, um deles se formará sobretudo à volta dum núcleo central que, pela sua importância e riqueza, obrigará a um estudo em separado: a angelologia.

Na arte portuguesa medieval e renascentista no seu primeiro período, os anjos se manifestarão poderosa e multiplicadamente na escultura, pintura, iluminura, gravura, ourivesaria... Sempre juntos aos símbolos universalizantes da soberania portuguesa e cooperadores na sua acção em amplidão ecuménica. Surgem ladeando e sustentando o escudo real ou a esfera armilar, assumindo assim um serviço de ficção cósmica. Nessa feição, estão os dois anjos músicos, na iluminura da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, dum lado e doutro do globo terrestre, ele marcado, na Ásia e África, do escudo real. No convento de Cristo em Tomar, estão na parede exterior do coro, entre os reis portugueses, com eles intervindo na história, nela providencialmente manifestando a vontade de Deus.

No portal do tempo, intervindo na história do cristianismo, entre os doutores, as sibilas. Ainda na mesma função, no portal dos Jerónimos.

Particularmente ao culto do Anjo de Portugal, como Arconte enviado em missão junto duma Nação, não será nunca por demais, notar sua importância. E como ele surge presente nos monumentos religiosos dessa época: função de protector e zelador que persistiria até à declaração por D. João IV de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal.

Antes de mais prosseguindo agora no estudo dessa concepção de angelologia, impressa n'Os *Lusíadas*, notemos que o culto dos Anjos, foi muito importante no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tendo assim podido influenciar a obra de Camões. Diz-nos o Padre João-Marco Bonvin (*A Espiritualidade da Ordem de Santa Cruz*, in *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX*, Coimbra, 1984); «A veneração aos Santos Anjos caracterizou também a Ordem de Santa Cruz. A prova-lo está, por exemplo, o facto de que nas antigas Igrejas da Ordem encontra-se sempre estátuas do Anjo de Portugal. Nos conventos da Ordem é sabido que a festa do Anjo era sempre celebrada de forma muito solene. Uma referência e ao mesmo tempo prova da importância dos Anjos na Ordem era o facto seguinte: enquanto que a Ordem masculina de Cruzios teve no início da sua fundação o número de

Doze cem referência aos Doze Apóstolos», eis que as Irmãs da Ordem começaram com o número *Nove* «em referência aos Nove Coros de Anjos».

«Refira-se ainda outro facto que se encontra nas Crónicas da Ordem que é o seguinte costume: «Desde a data de 15 de Agosto até à celebração da Festa de S. Miguel, a Ordem tinha por costume cumprir um jejum chamado o jejum dos Anjos». Este costume introduzido nos conventos da Ordem de Santa Cruz foi certamente fruto da influência de Santo Agostinho, cuja doutrina apontava para a necessidade da vida religiosa ser, em todos os aspectos, uma espécie de vida angélica».

Foi sob essa influência que os Crúzios introduziram na sua vida a veneração dos Santos Anjos e celebravam a Liturgia terrena em comunhão espiritual com o cântico dos Coros Angélicos em torno do Trono do Cordeiro. A sua vida religiosa apontava a necessidade de recurso dos Anjos, à vida de comunhão com eles e à sua imitação.

Desde S. Teotónio que a perfeição religiosa dos seus membros era defendida tendo o Anjo por modelo: «...como um Anjo». «Mas, tal como aconteceu com a devoção à Imaculada que saltou para fora dos muros influenciando pouco a pouco todo o Portugal, incluindo os Reis, o mesmo se pode afirmar desta outra devoção aos Anjos. Também esta acabou por ultrapassar os muros do próprio convento, irradiando-se pouco a pouco junto dos outros crentes e acabando por marcar presença na

própria Igreja de Portugal. Criaram-se devoções nacionais de maneira particular ao Anjo S. Miguel e ao Anjo de Portugal (pp. 182-183).

UMA ANGELOLOGIA GNÓSTICA

Para terminar, notemos que n'Os *Lusíadas*, tal como no Relato Visionário de Avicena, será fundamental o regresso da alma (aqui a dos navegantes lusíadas) à sua pátria original sob a conduta de seu guia celeste (aqui as ninfas). Por isso, o episódio da Ilha namorada, será a chave da epopeia camoniana, nela concedendo-lhe todo o sentido último e finalidade, como aventura espiritual interior, inserida numa aventura histórica.

Todo este episódio estando impregnado de angelologia gnóstica, note-se que a ideia dum paredro celeste, ou Natureza perfeita de cada ser humano, seu companheiro e guia salvador, é concepção fundamental da angelologia de Avicena, notadamente, mas também de Sohrawardi e toda a gnose. E será, julgamos, esta concepção que também se revela no cenário e dramaturgia da «ilha alegre e namorada».

A notar ainda que nesse relato de Avicena, há três degraus angélicos, os Anjos Inteligências, Anjos

celestes e Anjos terrestres; supomos que Camões teria aqui representado estes últimos para povoarem sua ilha. Será ainda a mesma repartição angélica a que se faz no *Livro da Ascensão de Isaiás*, texto cristão gnóstico, onde o profeta ascende em êxtase ao firmamento na companhia de seu anjo.

Como concepção fundamental da gnose, este encontro de cada ser humano com seu duplo celeste, aqui de cada Navegante com sua Ninfa, só se pode realizar por uma saída do cosmos, como acto de transcendência, ou chegada ao Oriente, na referência gnóstica, em oposição ao Ocidente: será este acto o que se iniciará com a súbita aparição da Ilha aos Navegantes. É assim, dotadas de inteligência e conhecimento perfeito, que essas Ninfas e entre todas a «mor», se mostrarão aos Navegantes, concedendo-lhes uma comunicação divina de eleição: e esta, ainda de carácter nacional específica, transindividual.

Será esta comunicação e estado gozado na transcendência desta Ilha, notadamente no cume de seu último monte, o que possibilitará o êxtase e toda a visão escatológica e cosmológica dada a Vasco da Gama e seus companheiros. É uma pedagogia o que as ninfas-anjos ministram aqui aos navegantes e suprema e finalmente, Tétis, por essa visão no segundo monte.

Como Inteligência agente, da Teologia de Aristóteles, glosada por Avicena, aqui se dará um

segundo nascimento dos navegantes, em amor mútuo, entre a alma humana e a inteligência angélica, como amor perfeito de amante e amada. Na poesia lírica de Camões, este acto se dará entre o poeta e a mulher amada; mas sempre na idêntica referência transcendente duma pedagogia então como a dum *Fiel de Amor*.

Outra perspectiva, e esta ligando-se peculiarmente a uma das directrizes mais fundas e actuautes na religião dos portugueses como já aqui notamos, será essa identificação no sofismo e gnosticismo (e assim no pensamento de Avicena) do Espírito Santo com a Inteligência agente, e toda a sua pedagogia e soteriologia: como mistério de revelação e conhecimento.

A notar, também, será que no relato de *Os Lusíadas*, como nos relatos visionários do sofismo, tais os de Avicena, Sohrawardi, etc., haja semelhantemente o sincronismo do encontro da alma com seu eu celeste e guia, identificado ou simultâneo com seu acordar e que sua ascensão celeste se una a um cenário cosmológico e escatológico: como anúncio de sua plena futura visão e usufruição a ser gozada *post-mortem*: esse «trasunto, reduzido / Em pequeno volume». Semelhança ainda marcada entre estes relatos e o de Camões, por um mesmo convite directo e pessoal, expressado pelo Anjo à Alma, aqui por Tétis a Vasco da Gama, convite feito em toda a autoridade de

mestre a discípulo, e pedindo-lhe toda a coragem necessária e força de alma, a própria duma iniciação:

«Segue-me firme e forte, com prudência, / Por este monte espesso, tu cos demais» — Assi lhe diz, e o guia por um mato, / Árduo, difícil, duro a humano trato», C. X, 76.

Tétis, como anjo mistagogo, conduz o capitão e seus companheiros, para fora deste mundo, como Ocidente terrestre, ao seu Oriente, que espiritualmente se lhe contraporá: e será este o fim verdadeiro e secreto de sua viagem; dando-se aqui a descoberta desse almejado Oriente, extra-terrestre.

Fernando Pessoa, com toda a sua adesão pessoal confessada ao gnosticismo, e o conhecimento de um dos seus princípios fundamentais, o da preexistência, teria intuído na *Mensagem* o cenário da Ascensão de Vasco da Gama:

«Primeiro um movimento e depois um assombro,
/ Ladeiam-o, ao durar, os medos, hombro a
hombro, / E ao longe o rastro ruge com nuvens e
clarões / Em baixo, onde a terra é, o pastor gela, e a
flauta / Cahe-lhe, e em êxtase vê à luz de mil
trovões, / O céu abrir o abysmo à alma do
Argonauta».

Propusemos encarar *Os Lusíadas* como aventura histórica contendo em si, criticamente, uma aventura espiritual de carácter gnóstico e hermético: que, terminando-a, lhe concederá assim um duplo sentido. Será tempo agora de nos curvamos por uns

momentos sobre o sentido histórico que Camões imprimiu na sua epopeia: estabelecendo assim a estreita ligação, identificação, entre esta epopeia e a epopeia portuguesa.

CONSCIÊNCIA DA HISTÓRIA

Esta consciência, tê-la-á um povo que sabe viver existencialmente não só o presente, mas simultânea e unidamente, presente, passado e futuro. E vendo nesse devir contínuo e uno, um processo visando a uma finalidade, ou meta, fazendo-se através de vários acontecimentos aparentemente dispares e descontínuos: que assim, indissolúvelmente ligados, encontrarão seu sentido nessa finalidade.

Ousaremos dizer que o povo português se apresentará paradoxalmente, como aquele que no conjunto cultural dos demais povos do Ocidente, surge dominado por uma vontade de destruição do passado, espasmódica; e ao qual essa vivência conjunta de passado e presente, será difícil ou negada por si; mas ao mesmo tempo como aquele que, possui a mais funda consciência histórica, tal como foi assumida pelo cristianismo: como realização do eterno no tempo, através do homem, cumprindo a vontade de Deus, como Senhora da História. Realização que, desde a Fundação de sua

nação em si conterá esse sentido e finalidade, através do pedido feito a seu primeiro Rei.

E ainda como aquele povo que, pela sua eleita vocação profética nesse conjunto cultural dos demais povos do Ocidente, (e vocação testemunhada pelos historiadores clássicos desde os alvares de sua proto-história), surge capacitado para uma vivência fazendo-se simultaneamente no passado, presente e futuro. E capacitado igualmente pela saudade, para essa mesma vivência.

Notável será que na sua Epopeia, esta consciência da história surja no seu mais alto grau, fazendo-se assim perfeitamente entre passado, presente e futuro: pela memória e profecia, em *completude*: relato dos acontecimentos passados, com exaltação de seu heróis, e relato de acontecimentos futuros, unidamente por uma mesma voz, a da «ninfá mor», Tétis; num discurso que marcará o fim dessa Epopeia, na sua *completude*. Como se, antes do regresso à pátria, nesse justo momento que antecede a partida, fosse necessário esse esgotar último de sua memória e apresentação do projecto de sua futura acção.

Nas epopeias clássicas da Antiguidade, como modelos ou inspiradoras da epopeia camoniana, afigura-se que este fim muito deferirá, notadamente nas duas de Homero: na *Odisseia*, será marcado pela chegada de Ulisses, seu herói, à pátria, na *Iliada*, pela destruição de Tróia, e vingança de Aquiles; na de Vergílio, pela fundação duma nova pátria, Roma, por

Eneias. Tudo levando a ver nesse fim da epopeia de Camões, um modelo primacial, entre todos esses demais o da *Divina Comédia* de Dante e essas aventuras da espiritualidade sufi: como iluminação final do herói da aventura na visão escatológica e cosmológica depois duma purgação e ascensão — na iniciação concedida por uma figura feminina angélica; caminho marcado no seu fim, através das diferentes esferas estelíferas, pela transcendência pura, como empíreo.

Mas iniciação que em si não conterà, tal como nas anteriores epopeias da Antiguidade clássica, um fim puramente individual, do herói; porque aqui o herói, Vasco da Gama, tal Dante, tem de regressar ao mundo da imanência, depois de conhecer esse outro da transcendência, ao mundo dos homens seus semelhantes e com eles partilhar dessa iluminação e toda a verdade nela recebida: como missão a si incumbida: no tempo, incluir a eternidade, sua lei e harmonia, que irá influir beneficentemente a história e acção do seu povo.

Por Dante, essa visão deverá ser transmitida aos florentinos e mais latamente, aos italianos, por Vasco da Gama aos portugueses. N'Os *Lusíadas*, no seu fim, há o regresso do herói à sua pátria, tal como na *Odisseia*; mas ainda e sobretudo, tal como na *Divina Comédia*, uma missão a cumprir nessa pátria pelo iniciado, como ordem trazida nessa iniciação, doada ao fim duma longa aventura.

E mais uma vez, na epopeia camoniana, como na epopeia portuguesa, eternidade e tempo se interligando na história, como realização do céu na terra pelo homem: aquele a quem na criação, eleitadamente incumbe essa missão. Tal a pedida outrora, pelo Senhor da História no começo de tudo, ao rei Fundador, — como cruzada.

E mais uma vez ainda, será a saudade que para o português, realizará perfeitamente a união de passado e futuro, — pela lembrança e desejo.

A aventura da epopeia camoniana, tal como a da epopeia portuguesa, é um caminhar, processando-se para um fim estabelecido por uma vontade transcendente, como Providência, para a realização perfeita dum ser, pessoal e nacional; necessitando uma purgação, primeiro passo duma evolução visando à plenitude. E esta fazendo-se ainda na história, encarnadamente.

Para Vasco da Gama, aqui como tipificação de sua nação, nessa evolução e final plenitude, antes de sua ascensão e atingimento da verdade, houve a travessia dum «árduo e difícil mato, duro a humano trato», tal como para Dante a travessia da «selva escura».

Os «romances ao divino», a *Demanda do Santo Graal*, a *Peregrinação*, *Os Lusíadas*, serão aventuras implicando uma prévia purificação interior, como *ascensus animae*, onde sucessivas e difíceis provas a vencer serão propostas ao herói, como vitórias sobre si mesmo. Será ainda esta purificação em vista a uma perfeita missão no mundo, a que a «ninfa mor» pede a Portugal, através do Capitão. Sempre, esta iniciação

no cume do alto monte, um destino pessoal e um destino nacional, colectivo e ecuménico, estarão apresentados unidamente; pela história, numa visão que abarcará passado e futuro: daí também, a integração da memória e profecia nesta iniciação.

O que nos levará, mais uma vez, a estabelecermos a ligação e comparação entre a poesia épica e a poesia lírica de Camões e sua concepção espiritual nelas expressas. Ligação e comparação a fazer-se agora, nomeadamente, entre *Os Lusíadas*, no seu canto X e as Redondilhas «Sôbolos rios que vão». Se estas expressam uma concepção unicamente platónica de distanciação e desvalorização do terrestre e histórico, e nostalgia de subida ao celeste e eterno, da pura Ideia, subida fazendo-se pela força dinâmica da saudade, — n'Os *Lusíadas*, pelo contrário, esta ascensão ao eterno, ao transcendente, implicará um posterior e necessário regresso ao terrestre e histórico — o que será a marca que o cristianismo, com seu dogma da Encarnação, imprimiu nesta Epopeia: como revelação do eterno no tempo.

Assim Vasco da Gama recebe na transcendência do empíreo, onde reside Deus, num momento de êxtase, a verdade, e regressa à terra, para a transmitir à sua pátria: para que esta, por sua vez, a transmita ao mundo na sua missão ecuménica: como harmonia, unidade e amor do eterno, entre os homens, — realizando-se no tempo.

Dalila Pereira da Costa
Porto, 12-IV-1989